



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

OSNIR CLAUDIANO DA SILVA JUNIOR

**O Curso de Especialização em Visitadoras Sociais da Assistência aos
Psicopatas do Distrito Federal (1927-1942)**

Rio de Janeiro
2012

OSNIR CLAUDIANO DA SILVA JUNIOR

**O Curso de Especialização em Visitadoras Sociais da Assistência aos
Psicopatas do Distrito Federal (1927-1942)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação - Mestrado
da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Educação

Orientadora: Profa Dr^a Nailda Marinho da
Costa Bonato

Rio de Janeiro

2012

- S586 Silva Junior, Osnir Claudiano da.
O curso de Especialização em Visitadoras Sociais da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal (1927-1942) / Osnir Claudiano da Silva Junior, 2012.
xii, 113f. : il ; 30cm
- Orientador: Nailda Marinho da Costa Bonato.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
1. Educação continuada em enfermagem. 2. Enfermagem - História. 3. Enfermagem psiquiátrica. I. Bonato, Nailda Marinho da Costa. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 374

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

OSNIR CLAUDIANO DA SILVA JUNIOR

**O Curso de Especialização em Visitadoras Sociais da Assistência aos Psicopatas
do Distrito Federal (1927-1942)**

Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 28/05/2012

Profa. Dr^a. Nailda Marinho da Costa Bonato (orientadora – UNIRIO)
(orientadora)

Prof^a. Dr^a Ângela Maria Souza Martins - UNIRIO
(membro interno)

Profa. Dr^a. Almerinda Moreira - UNIRIO
(membro externo)

Profa. Dr^a. Sonia de Oliveira Camara Rangel – UERJ
(membro externo)

EPIGRAFE

“Sonhos não morrem, apenas adormecem na alma da gente.”

Chico Xavier

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às 102 enfermeiras visitadoras sociais que ao seu tempo, com suas possibilidades e limitações participaram da profissionalização da enfermagem brasileira. Àquelas corajosas mulheres que um dia sonharam e trabalharam para mudar o Brasil, naquilo que puderam e se tornaram a razão de nosso (re) encontro hoje.

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto pela sensibilidade à minha necessidade de cursar mais uma pós-graduação

Aos demais colegas da UNIRIO que entenderam e apoiaram minha decisão, particularmente os membros do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem doutores Almerinda Moreira, Fernando Porto e Wellington Amorim com os quais tenho compartilhado os melhores momentos na Universidade

Às bolsistas e voluntárias de Iniciação Científica que integraram esta pesquisa: Ana Cláudia, Ana Paula, Emanuele, Luana, Renata, Simome e Thayana

Aos que a antecederam e atualmente à Jaqueline Veloso arquivista da UNIRIO, incansável na organização e preservação do acervo do Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e em sempre tentar atender às nossas demandas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO onde pude desenvolver este trabalho e continuar aprendendo.

Aos membros da banca de qualificação do relatório parcial da pesquisa, doutoras Ângela Maria e Sônia Camara e meu pedido de desculpas por não ter conseguido atender à todas as recomendações.

À minha orientadora, colega de Universidade e cúmplice de algumas idéias, Dr^a Nailda Bonato, por ter me ajudado a chegar até aqui. Vamos em frente?

RESUMO

O objeto deste estudo é a especialização de enfermeiras em visitadoras sociais na Escola Profissional da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal entre 1927 e 1942. Os objetivos do estudo foram Conhecer o Curso de Visitadoras Sociais da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras; Analisar a estrutura pedagógica do Curso de Visitadoras Sociais e Discutir a inserção da visitadora social na Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal. Trata-se de um estudo que adota a história social e utiliza-se da análise documental. Foram estudados os dossiês das enfermeiras que concluíram o curso, a legislação sobre as reformas da assistência psiquiátrica, da escola de enfermagem e do serviço público federal no período em tela e as proclamações dos psiquiatras na Assistência a Psicopatas do Distrito Federal. Ao longo de quinze anos, o curso formou 102 visitadoras. Com base nos conceitos de biopoder e biopolítica, formulados por Michel Foucault, nos eixos de atuação do Estado, oriundos da medicina social de Madel Luz, e na categoria de gênero, verificou-se que o curso, fortemente influenciado pelas correntes científicas higienista e eugênica pretendeu ampliar o raio de ação social da psiquiatria tal como dispunha de enfermeiras a saúde pública desde os primeiros anos da década de 1920. Foi possível também analisar a inserção desfavorável da visitadora social – ou monitora de higiene mental no serviço público federal. Em razão de uma nova reforma na Escola de Enfermagem o curso foi encerrado em 1942, substituído pelo Curso de Especialização em Serviços Psiquiátricos para Enfermeiros Diplomados, tendo contudo contribuído para a profissionalização da enfermagem brasileira na condição de primeiro curso de especialização oferecido às enfermeiras no Brasil.

ABSTRACT

The Specialization Course on Social Visitors of Assistance to the Psychopaths from *Distrito Federal* – DF /Brazil (1927-1942)

The object of this study is the specialization of nurses on social visitors in the Professional School of Assistance to the Psychopaths from *Distrito Federal* – DF/ Brazil, between the years of 1927 and 1942. The study objectives were: know the Course on Social Visitors from the Professional School of Nurses (males and females); analyze the pedagogical structure of the Course on Social Visitors and discuss about the insertion of the social visitor in assistance to the psychopaths from the *Distrito Federal*. This is a study that adopts the social history and uses of documentary analysis. We studied the dossiers of the nurses who completed the course, the legislation about psychiatric assistance reformations, of the nursing school and the Brazilian federal public service in the period in question and the proclamations of psychiatrists in the psychopath's assistance from the *Distrito Federal*. Over fifteen years, the course graduated 102 visitors. Based on the concepts of biopower and biopolitics, both formulated by Michel Foucault, in the axis of action of the State; derived from the social medicine of Madel Luz, and in gender category. It was found that in the course, strongly influenced by scientific movements - hygienist and eugenic – it intended to expand the scope of social action of the psychiatry such as had of public health nurses since the early years of the 1920's. It was possible to analyze the unfavorable insertion of the social visitor - or monitors of mental hygiene in the Brazilian federal public service. Because of a new reformation in the Nursing School, the course was closed in 1942, replaced by the Specialization Course in Psychiatric Services for Graduated Nurses, therefore, it contributed to the professionalization of the Brazilian Nursing, on the condition that had been the first specialization course offered to nurses in Brazil.

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ACM – Associação Cristã de Moços

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

EEAP – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto

EEDNSP – Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública

EPEE – Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras

HNA – Hospital Nacional de Alienados

LAPHE - Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem

LBHM – Liga Brasileira de Higiene Mental

MES – Ministério da Educação e Saúde

NEPHEB – Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira

PIBIC/CNPq – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

SNDM – Serviço Nacional de Doenças Mentais

UNIRIO –Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Tabela 1: Faixa etária das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.....	56
Gráfico 1: Faixa etária das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.....	56
Tabela 2: Estado Civil das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.....	57
Gráfico 2: Estado Civil das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.....	57
Tabela 3: Cor da pele das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.....	58
Gráfico 3: Cor da pele das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.....	59
Tabela 4: Nacionalidade das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.....	59
Gráfico 4: Nacionalidade das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.....	60
Quadro I: Cadeiras do Curso de Especialização em Visitadoras Sociais e elementos de higienismo e eugenismo.....	69
Quadro II: Relação dos professores e organizadores do Curso de Visitadoras Sociais.....	69
Quadro III: Cronologia de inserção da enfermeira visitadora social na Assistência à Psicopatas do Distrito Federal.....	88

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.

Reprodução eletrônica (*scanner*) de Diploma de Visitadora Social emitido em 1958.....55

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo I - A nova psiquiatria, a Reforma da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal e o Curso de Visitadoras Sociais. (1927-1942).....	27
1.1. Educação feminina e a formação de enfermeiras no Distrito Federal.....	36
1.2 A Reforma da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal e o Curso de Enfermeiras Visitadoras Sociais.....	50
Capítulo II - Higienismo e eugenia na formação e prática das visitadoras sociais.....	62
Capítulo III - A inserção da visitadora social na Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal: Espaços de trabalho e atuação.....	87
Considerações Finais.....	100
Referências.....	104

INTRODUÇÃO

A atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO) tem sua origem na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE), criada pelo Decreto n. 791 de 27 de setembro de 1890. Este evento se deu em decorrência da saída das irmãs da caridade do Hospital Nacional de Alienados, do antigo Hospício de Pedro II na Praia da Saudade no Rio de Janeiro¹ e deu início à profissionalização da enfermagem no Brasil.

A criação da Escola faz parte de um processo de estatização e laicização do amparo e do tratamento da loucura e sua transformação em doença mental. A este processo estão associados à criação da cadeira de psiquiatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881; a dextanexação pelo Governo Provisório da República do Hospício de Pedro II e suas colônias da Santa Casa de Misericórdia em janeiro de 1890 e a criação em fevereiro do mesmo ano da Assistência Médico-Legal aos Alienados. A progressiva limitação da autonomia das irmãs da caridade na gestão do hospício pelos médicos havia sido iniciada ainda em 1881 com a criação do cargo de primeiro enfermeiro, não religioso, na seção masculina, subordinado ao médico interno².

A partir do estudo de Moreira (2010) depreende-se que desde a proposta de criação da Escola submetida pelo Ministro do Interior José Cesário de Faria Alvim, ao presidente da nascente república, duas características marcam o tipo de profissional que se deseja formar na EPEE: mulheres e auxiliares dos médicos.

¹ Atual Avenida Pasteur no bairro de Botafogo, zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

² A este respeito ver o trabalho de PERES e BARREIRA (2010).

A Escola de Enfermeiras, pois, que o decreto que vos offereço tende a crear, abre, me parece, um campo vastíssimo à **actividade da mulher**, onde, por sua delicadeza de sentimentos e apuro de carinhos, não terá competidores, quer junto aos leitos dos enfermos hospitalares, quer nas casas particulares onde serão o **complemento do médico**. (ALVIM, *apud* MOREIRA, 2010, p. 102-103, grifos nossos).

A proposta do Ministro deixa transparecer a intenção de criar uma escola feminina, contudo o que se oficializou foi uma escola para ambos os sexos, expressa inclusive em seu nome que curiosamente refere-se primeiramente aos enfermeiros (homens), seguido pelas enfermeiras. Cabe destaque que naquele momento inicial da psiquiatria, com poucos recursos farmacológicos, a forças moral e física atribuídas ao gênero masculino garantiram a inserção e permanência deste na escola.

A fim de minimizar o problema da falta de assistência gerada pela saída das irmãs da caridade do Hospital Nacional de Alienados (HNA), o Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca providenciou a contratação de enfermeiras francesas para trabalharem no hospital a partir de setembro de 1890, o que demonstra a vinculação científica com a psiquiatria francesa da época, como mostra Espírito Santo (2007).

O Artigo 1º do decreto de fundação diz de sua finalidade: “preparar enfermeiros e enfermeiras para os hospícios e hospitais civis e militares”. O estudo das matérias que compunham o curso mostra o interesse em transcender a formação exclusiva em psiquiatria e/ou estratégia dos psiquiatras de não aprofundar aos seus subalternos conhecimentos de uma área que ainda dava os primeiros passos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Vale destacar que apenas em 1893 a psiquiatria passou a fazer parte das cadeiras da Faculdade e seu primeiro lente foi o dr. João Carlos Teixeira Brandão, catedrático por concurso para Clínica Psiquiátrica e

Doenças Nervosas, em 1887 e nomeado Diretor Sanitário do Hospício de Pedro II, pelo provedor da Santa Casa, o Barão de Cotegipe, a quem o hospício estava subordinado.

Fato é que as matérias do curso de enfermeiros e enfermeiras são nomeadas de “Noções Gerais” dos conhecimentos julgados necessários à formação dos enfermeiros e enfermeiras num curso de dois anos de duração com aulas e atividades práticas desenvolvidas nas enfermarias do nosocômio.

O estudo de Moreira (2010) sobre a escola mostra momentos difíceis com interrupções e reinaugurações, com destaque para a de 1905. Por esta época, expressivo número de alunos e postulantes a uma vaga na escola era de servidores do hospital.

Detentores de pequeno capital cultural e escolar, muitos precisaram ser alfabetizados em curso criado no próprio hospital para que pudessem atender aos requisitos exigidos para a candidatura à vaga na escola, obtida através de exame de seleção. Uma das alternativas à busca de candidatas à enfermeiras foi tentar dar esta formação às órfãs dos internatos da cidade. Tentativa que não surtiu o efeito desejado.

Pelo Decreto 791/1890 foram dados os primeiros passos da profissionalização da enfermagem brasileira através de formação escolar, mesmo que incipiente e descontínua. A outorga de diploma pelo Estado, a preferência de emprego aos seus portadores, bem como aposentadoria aos 25 anos de serviço introduziram a figura do profissional de enfermagem no país.³

É importante destacar a criação de uma escola de enfermagem em âmbito da educação federal nos primeiros momentos da República e na curta vigência do

³ Para estudos mais aprofundados sobre a trajetória da Escola, consultar particularmente os trabalhos de Almerinda Moreira, Fernando Porto e Wellington Amorim, ricos em dados e análises, citados ao longo presente estudo.

Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criado em 12 de abril de 1890, tendo como titular o Ministro Benjamin Constant Botelho de Magalhães que por meio do Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890, aprovou o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal. O que se conhece como Reforma Benjamin Constant é o conjunto de vários instrumentos que regulam a educação antes da Constituição de 1891. São eles: o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal - Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, o Regulamento da Escola Normal da Capital Federal, alterado pelo Decreto n. 982 de 8 de novembro de 1890, o Regulamento para o Ginásio Nacional - Decreto nº 1.075, de 22 de novembro de 1890 e o Regulamento do Conselho de Instrução Superior -Decreto nº 1232-G, de 2 de janeiro de 1891. Estes dispositivos estabeleceram para o Distrito Federal a gratuidade e laicidade, mas não a obrigatoriedade da educação escolar. É interessante destacar o estudo de Romanelli (1991), que aponta para este período a população aproximada de 14 milhões de habitantes e 85% de analfabetos com mais de 15 anos de idade no Brasil.

Bonato (2003) mostra o longo e difícil caminho percorrido para a institucionalização da educação feminina em nível técnico-profissional desde o final do Império, optando o Estado pela “escola do trabalho”, ou seja voltada à educação elementar das classes menos favorecidas, sendo assim criadas já no período republicano no Distrito Federal, escolas como o Instituto Profissional Feminino (1898) reformado e renomeado sucessivamente de Instituto Profissional Orsina da Fonseca⁴ (1912). A criação do externato em 1916 deu origem a Escola Profissional Paulo de Frontin (1919).

⁴ Em homenagem póstuma à primeira-dama da nação, a esposa do Marechal Hermes da Fonseca.

Sobre o ensino profissionalizante, durante o governo de Nilo Peçanha (1909-1910) foram criadas nos estados as escolas de aprendizes artífices para o ensino profissional primário gratuito destinadas a meninos entre 10 e 13 anos em escolas profissionais. Em 1941 entraram em vigor uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país. O ensino profissional passou a ser considerado de nível médio. Em 1942, o Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. (Brasil. Ministério da Educação, 2009).

Quanto ao ensino superior, a iniciativa de criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920 foi resultado da reunião das faculdades federais de medicina e engenharia e um curso de direito produto da unificação e federalização de duas instituições privadas existentes na capital da República. (CUNHA, 2000).

Em 11 de abril de 1931 foi promulgado o decreto 19.851 que estabelecia o Estatuto das Universidades Brasileiras e 1937, a Universidade do Rio de Janeiro passou a denominar-se Universidade do Brasil que se pretendia modelar com suas “faculdades e escolas nacionais”.

O estudo de Saffioti (1979, p. 217-221) mostra a pequena inserção das mulheres no ensino superior no Brasil. No ano de 1929, são gritantes as disparidades numéricas entre os concluintes homens/mulheres nos cursos de medicina; 609/4; odontologia; 156/13 e farmácia; 167/72. Em sentido inverso, identificou a autora que o magistério das escolas primárias no Rio de Janeiro em 1935 era 99% feminino.

A este tempo, a enfermagem não se configurava como formação superior no Brasil, contudo, as escolas de enfermagem viam com simpatia a inserção de ex-

normalistas ou de cursos secundários equivalentes nos seus cursos de formação. (FERNANDES *et al*, 2000)

Do encontro dos estudos sobre a profissionalização da mulher e da educação em enfermagem em meados do século XX emergiu o objeto desta pesquisa, o curso de especialização em visitadoras sociais da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal entre 1927 e 1942.

Na terceira década do século XX, os anos 1920, dois movimentos e entidades se relacionam com o objeto desta pesquisa, os debates sobre a educação estimulados pela Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada no Rio de Janeiro em 1924 e o movimento feminista capitaneado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que em 1922, realizou a I Conferência pelo Progresso Feminino que teve como tese geral: “A colaboração da Liga pelo Progresso Feminino na educação da mulher, no bem social e aperfeiçoamentos humanos.” (BONATO, 2005, p. 138).

Neste período também foram implementadas várias reformas educacionais nos estados, conduzidas por intelectuais adeptos da Escola Nova: Lourenço Filho no Ceará (1922), Anísio Teixeira na Bahia (1925), Fernando Azevedo no Rio de Janeiro (1926) e Francisco Campos em Minas Gerais (1927).

Cynthia Veiga (2007) identificou a implementação dos princípios do higienismo, eugenia e civismo desde o final do século XIX, prolongando-se na escola republicana. Interpretações em geral negativas sobre os efeitos da constituição da “raça” brasileira, principalmente pela mestiçagem deveriam ser superadas por ações para o melhoramento da raça, detecção precoce dos desvios morais e doenças causados ou agravados pela miscigenação e educação das massas que deveriam ter seus hábitos civilizados.

São deste período a participação do Brasil, como exemplo de mistura de raças no Congresso Universal das Raças, realizado na Universidade de Londres em 1911. Schwarcz, (2011); “a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918” (STEPAN, 2005, p.55); a fundação no Rio de Janeiro da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923 e a realização dos Congressos Brasileiros de Higiene. O período é farto também em publicações de teses que dedicam atenção às ações voltadas para a infância, “o futuro do Brasil” e a escola como local privilegiado para a inspeção médica em caráter diagnóstico e preventivo dos desvios.

A eugenia como corrente científica em voga até meados dos anos 1940 influenciou fortemente a na hierarquia racial, ao valorizar padrões físicos e estéticos das crianças brancas e robustas. Veiga (2007). É neste cenário social e científico da primeira República que tem impulso a formação profissional da enfermagem no Distrito Federal do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro⁵.

Três eventos são emblemáticos deste impulso à formação de enfermeiras: de um lado, a reforma da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1921) e de outro, a instalação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (1923) e em 1927 a criação do Curso de Especialização em Visitadoras Sociais na primeira.

Em 1º de setembro de 1921, através de portaria do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, foi aprovado o novo regimento interno da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras que passava a contar a

⁵ Do final do século XIX, até os anos 1920, ocorreram outras iniciativas de formação de enfermeiros e enfermeiras no Brasil além da EPEE, como no Hospital Samaritano de São Paulo, os empreendimentos da Cruz Vermelha Brasileira em São Paulo, 1912 e Rio de Janeiro (1914 e 1916) e a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública no Rio de Janeiro em 1923.

partir de então com três seções: Masculina, Feminina e “Mixta”⁶. A feminina, teria funcionamento na Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro; a “Mixta” no Hospital Psiquiátrico da Praia Vermelha e a Masculina não chegou a ser instalada. (MOREIRA, 2010, p. 111).

Em 1923, na implantação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), foi criada a Escola de Enfermeiras, (EEDNSP) liderada por uma Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, liderada por enfermeiras norte-americanas, fruto de acordos do governo brasileiro com a Fundação Rockefeller. Esta Escola instituiu no Brasil as bases da enfermagem moderna, somada aos avanços obtidos nos Estados Unidos, vindo a se tornar um importante evento na profissionalização da enfermagem brasileira (SAUTHIER e BARREIRA, 1999).

Em 1927 o Decreto nº 17.805 de 23 de maio, regulamenta a Assistência a Psychopathas do Districto Federal introduzindo medidas de profilaxia e higiene mental, promovendo ainda a reforma da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Foi extinta a seção Masculina, e manteve-se a Mixta e a Feminina, respectivamente, no Hospital Nacional e na Colonia Feminina de Psychopathas, sob a superintendência dos diretores destes. Instituíam mudanças no curso de enfermeiro ou enfermeira com dois anos de duração e um terceiro ano para a formação de Visitadoras Sociais como especialização que se traduz como o objeto deste estudo.

Este panorama definiu os objetivos desta pesquisa que são: Conhecer o Curso de Visitadoras Sociais da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras; Analisar a estrutura pedagógica do Curso de Visitadoras Sociais e Discutir a inserção da visitadora social na Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal.

A hipótese do estudo é que o curso foi parte das estratégias dos psiquiatras

⁶ Conforme escrita da época. Nas citações diretas, será mantida a escrita original.

para propagar os princípios do higienismo mental através da atuação das enfermeiras visitadoras sociais.

O recorte temporal do estudo se inicia na criação do curso de Visitadoras através do Decreto nº 17.805 de 23 de maio de 1927 e se encerra com a sua extinção através da reforma da escola instituída pelo Decreto-Lei nº 10.472 e pelo Decreto n. 4.725, ambos de 22 de setembro de 1942.

Este trabalho se justifica no atual estágio de desenvolvimento da pesquisa em história da enfermagem e história da educação, e investe na compreensão de aspectos ainda pouco explorados nas primeiras décadas de profissionalização da enfermagem brasileira, mormente em sua primeira escola de formação. Este estudo pode contribuir para o avanço do conhecimento sobre os modelos de formação e especialização da enfermagem, assim como para os estudos sobre a história da educação particularmente das mulheres na Capital da República a partir dos anos 1920, até o início dos anos 1940. No transcorrer deste período, várias mudanças ocorreram nas estruturas legais para a educação e saúde, neste sentido, a formação e inserção da enfermagem, majoritariamente exercida por mulheres na sociedade também foram alteradas.

Esta investigação visa contribuir para o debate acadêmico sobre a formação das enfermeiras em duas linhas de pesquisa na UNIRIO: O Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem – LAPHE - e Subjetividade, Cultura e História da Educação/Gênero e Educação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira - NEPHEB no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo que adota a história social não como uma especialidade que trata de certos recortes humanos na sociedade, como aqui se trataria das enfermeiras ou do gênero feminino em busca de formação específica, mas como síntese de movimentos de várias ordens e origens (BARROS, 2004). Assim, podem ser estudados por esta vertente o desenvolvimento da ciência médica, as questões políticas entre os sanitaristas, psiquiatras e enfermeiras, os papéis desempenhados pelos gêneros na sociedade e a educação/formação e educação sanitária como instrumentos de intervenção e operacionalização da ideologia das elites na capital da República no período estudado. Nesta concepção, o estudo busca responder não somente ao “o que”, “quem” e “quando”, mas quais os elementos específicos que atuaram neste ou naquele encaminhamento da questão? Que posições tomaram os atores sociais naquele momento? Que negociações foram necessárias para o andamento das propostas?

Teoricamente este estudo se encaminha pelos conceitos de biopoder e biopolítica, formulados por Michel Foucault (1997) como conhecimentos postos à disposição dos poderes para controlar indivíduos e coletividades. Biopolítica como “a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças...” (FOUCAULT, (1997, p. 89).

Os aspectos relacionados ao gênero estão muito presentes no objeto deste

estudo, tanto pelo no que concerne a enfermagem quanto a educação em processos de laicização, conforme mostram os estudos de Michelle Perrot (2007).

O núcleo desta pesquisa, a especialização de enfermeiras em visitadoras sociais é abordado através de análise teórica fundada na perspectiva de gênero com as duas proposições apontadas por Joan Scott (1991): “as diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder”.

A permissão dada às mulheres para inserção no mundo do trabalho exige, garantias do controle da moralidade destas candidatas. Assim, são criados e operados sistemas educacionais “femininos” para a formação das enfermeiras como o internato, o uniforme e outras regras de conduta que atestem a idoneidade moral destas mulheres não mais restritas ao hábito religioso. Edméia Coelho (2005) ao articular gênero e enfermagem afirma que esta construção criou um preconceito de gênero contra os homens na profissão. Azevedo e Ferreira (2006) mostram que um contingente importante de mulheres ingressou no mundo acadêmico e do trabalho através das políticas sociais e educacionais implementadas pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1920.

Estes estudos apontam para a relação entre o processo inicial de profissionalização da enfermagem em sua ligação estreita com a psiquiatria e reforçam a hipótese que uma das estratégias para a maior penetração da psiquiatria organicista e eugênica no tecido social foi a especialização da enfermeira em visitadora social para atingir os lares e outros serviços médicos como agente da renovada ciência médica psiquiátrica. São importantes referências a este estudo, dois dos eixos de atuação do Estado, oriundos da medicina social no período de 1870 a 1930 identificados por Madel Luz:

1. O eixo de higienização da sociedade. As propostas higienistas assumem

diversos tons retóricos, ora assistencialistas, ora sanitaristas envolvendo a estrutura física da sociedade, com engenharia sanitária, ora médicos ou morais, prescrevendo regras de conduta pessoal e social e vigiando pelo seu cumprimento.

2. O eixo da causação social da doença: a doença seria o fruto de certos fatores biossociais, incluindo-se nesses fatores os hábitos alimentares, sexuais, morais, a raça, o estilo de vida, o crescimento urbano sem controle, o industrialismo, esses dois últimos fatores sendo produtores da pobreza. (LUZ, 1982, p. 19-20).

Estes conceitos formam a base teórica que orientaram a coleta, análise e interpretação dos dados.

Como documentos são considerados todos os vestígios do passado, passíveis de análise à luz da história. Ao utilizar-se um vestígio do passado, esse se transforma em um documento, ou seja, uma fonte histórica, quando é alcançada a decifração da mensagem transmitida (SILVA JUNIOR, 2011).

As fontes principais de informações para o estudo foram consultadas no acervo do Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da UNIRIO⁷. Foram localizados o Livro de Registro de Emissão de Diplomas e os 101 dossiês das alunas do Curso de Visitadoras Sociais. Vale destacar a riqueza ainda não totalmente explorada deste acervo para o estudo da profissionalização da enfermagem e outros temas como da história da educação, da educação feminina, da gestão escolar entre outros. Este acervo vem sendo tratado e organizado por um esforço do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem, juntamente com o Arquivo Central, ambos da UNIRIO, em um trabalho contínuo de cerca de uma década. Bonato (2005) destaca a importância dos acervos escolares não apenas com a função primeira de registro e prova das atividades administrativas mas também suas múltiplas possibilidades de subsidiarem pesquisas científicas sobre a

⁷ Unidade do Arquivo Central da UNIRIO responsável pela gestão dos documentos da Escola de Enfermagem.

transformação da educação ao longo do tempo.

Outras fontes documentais foram localizadas em acervos de instituições de pesquisa localizados na cidade de Rio de Janeiro, como o Arquivo Nacional; a Biblioteca Nacional; o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; a Fundação Getúlio Vargas; a Academia Nacional de Medicina, a Biblioteca da Fundação Oswaldo Cruz, o Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, entre outras cópias de documentos sem origem definida que fazem parte do acervo do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem, reunidos por vários pesquisadores na última década.

Foram particularmente importantes os Anais da Assistência a Psicopatas, os Anais da Colônia Gustavo Riedel e os Arquivos do Serviço Nacional de Doenças Mentais.

A análise se pautou na triangulação das informações obtidas nas fontes à luz do referencial teórico na busca de responder aos objetivos da pesquisa e estabelecer a interpelação entre a história da enfermagem, e a educação de mulheres no Distrito Federal. A limitação principal foi o restrito acesso a fontes não oficiais. Os livros e demais documentos das alunas e do curso não permitiram outras conexões. A literatura sobre o tema da especialização em visitadoras sociais também foi diminuta.

Mesmo com limites, crê-se que se pode acrescentar algo ao tema, principalmente estímulo a novos estudos. Cabe destacar o envolvimento de estudantes de graduação na pesquisa na condição de bolsistas de iniciação científica do programa interno da UNIRIO e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq). Além das bolsas às alunas da graduação em enfermagem, os demais recursos

aportados na pesquisa foram arcados pelo pesquisador. O estudo foi realizado entre o ano de 2010 e os primeiros meses do ano de 2012 e atende às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196/1996. BRASIL. Ministério da Saúde (1996). Os capítulos foram organizados de acordo com os objetivos traçados. O primeiro capítulo trata das mudanças do surgimento da nova psiquiatria enquanto conhecimento e hipóteses sobre a doença mental, a operacionalização destes na reforma da assistência aos psicopatas do Distrito Federal e a conseqüente criação do Curso de Visitadoras Sociais para enfermeiras. O segundo capítulo busca verificar a influência do higienismo e da eugenia como correntes científicas na psiquiatria e no Curso de Visitadoras Sociais. O terceiro capítulo discute a inserção da enfermeira visitadora social na Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal, seus espaços de trabalho e atuação profissional. A dissertação culmina com as considerações finais e referências do estudo. O formato final incorpora as sugestões da banca examinadora, e o modelo oficial de dissertação aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO.

CAPÍTULO I

A nova psiquiatria, a Reforma da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal e o Curso de Visitadoras Sociais. (1927-1942)

A história da psiquiatria no Brasil destaca uma mudança importante na orientação científica e assistencial (intervenção) no início do século XX do modelo asilar em instituições como o Hospital Nacional de Alienados para a adoção de novas estratégias influenciadas pelo modelo alemão de Kraepelin, a partir de Juliano Moreira⁸ no final do século XIX (PORTOCARRERO, 2002, p. 107).

Sem abandonar o manicômio como instrumento terapêutico, inicia-se um movimento para estender a psiquiatria a outras instituições ou instâncias da sociedade “- escola, família, Forças Armadas - agora compreendidas como diretamente relacionadas ao problema da alienação mental” (PORTOCARRERO, 2002, p.108). Neste sentido, surgem outras modalidades como a colônia agrícola, o manicômio judiciário e mesmo as não asilares como a assistência heterofamiliar, modalidade assistencial implantada na Colônia do Engenho de Dento em 1920⁹, definida pelo Dr. Gustavo Augusto de Rezende como

⁸ Médico baiano de origem humilde (1873-1933), extremamente precoce, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia aos 13 anos, graduando-se aos 18 anos (1891), com a tese "*Sífilis maligna precoce*". Cinco anos depois, tornou-se professor substituto da seção de doenças nervosas e mentais da mesma escola. De 1895 a 1902, frequentou cursos sobre doenças mentais e visitou muitos asilos na Europa. De 1903 a 1930, no Rio de Janeiro, dirigiu o Hospício Nacional de Alienados. Neste, mesmo não sendo professor da Faculdade de Medicina do Rio e Janeiro, recebia internos para o ensino de psiquiatria. Compunha com destaque um grupo expressivo de médicos e cientistas de sua época como Afrânio Peixoto, Antonio Austragésilo, Franco da Rocha, Ulisses Viana, Henrique Roxo, Fernandes Figueira, Miguel Pereira, Gustavo Riedel e Heitor Carrilho, entre outros.

⁹ Foram alocadas doentes sob responsabilidades de enfermeiras nas casas da colônia.

A assistência nas famílias estranhas, educadas especialmente pelos psiquiatras, estabelecidas na periferia de um manicômio, constitui [como] uma obra de higiene de grande alcance, pois não só atenua a sorte dos psicopatas, mas também forma uma transição entre a cura e a volta à sociedade (REZENDE, 1932, p. 133).

É na década de 1920 que o higienismo e a eugenia se destacam como correntes de pensamento que se materializam em propostas para a normalização, moralização da sociedade e construção de uma “raça forte”, expressão corrente nos discursos da época. Neste sentido, a saúde em amplo aspecto: engenharia sanitária, construção e bons costumes, higiene social, do trabalho etc e a educação se constituem como as principais ferramentas do Estado para alcançar um novo patamar de civilização.

Michel Foucault (1989) examina o processo de nascimento da medicina social e indica que isto se deu pela penetração da medicina no Estado, da análise e prescrições para as aglomerações urbanas e a higiene pública e o controle da saúde da força de trabalho, tornando a medicina de ação individual para a aplicação coletiva de seus saberes em vários campos da vida.

Na análise de Gondra (2004), desde o século XIX, no Brasil, são cada vez mais frequentes a preocupação dos médicos da Corte Imperial com a higiene da escola. Inspiradas no modelo médico-higiênico francês, onde vários deles fizeram ou completaram sua formação, vai se adensando um conjunto de prescrições médico-pedagógicas revestidas da autoridade moral e científica (política) conquistada pela corporação.

A história do higienismo brasileiro mostra questões que transcendem simples medidas sanitárias e cuidados elementares sobre a higiene do indivíduo, embora semelhantes cuidados também fossem necessários em um momento onde a precariedade infra-estrutural do país produzia uma miríade de enfermidades. O

movimento pró-higiene mental é uma orientação teórica e prática, custodiada por uma concepção de mundo e de homem, com forte apelo ao indivíduo e à hereditariedade como princípios de uma nação saudável .Wanderbroock, J. D.; Boarini, M. L., (2008).

O movimento de higiene mental organizou-se a partir do início do século XX nos Estados Unidos, através da publicação da autobiografia de Clifford Beers. Tal fato influenciou a área psiquiátrica; culminando com a fundação da Sociedade de Higiene Mental de Connecticut em maio de 1908, e o Comitê Nacional de Higiene Mental em Nova Iorque em 1909. A partir das experiências que ocorreram nos Estados Unidos, o movimento difundiu-se para outros países, quando em 1923 o movimento de higiene mental é consolidado no Brasil através da criação da Liga Brasileira de Higiene Mental.

O Dr. Gustavo Riedel fundou a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), sendo esta uma entidade civil e reconhecida como instituição de utilidade pública pela Câmara dos Deputados, pelo Decreto nº 4.778 de 27 de dezembro de 1923, e tendo sua localização administrativa na Colônia de Psicopatas no Engenho de Dentro. Nesse contexto, podemos ressaltar que a localização da LBHM no mesmo *campus* da seção feminina da Escola de Enfermagem, neste período, reforça a idéia de que esta possivelmente sofreu influência do desenvolvimento da psiquiatria brasileira e da eugenia que se verifica nas proclamações da LBHM.

O objetivo inicial da LBHM era o de melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos. Tal fato comprova o ideal de Gustavo Riedel que é dedicar-se à reforma da assistência psiquiátrica. Vale destacar que Riedel já havia criado antes da fundação da LBHM um ambulatório de profilaxia das doenças mentais anexo a Colônia do

Engenho de Dentro, sendo simultaneamente diretor deste e da seção feminina da EPEE. Posteriormente ele organizou um serviço aberto para psicopatas, um laboratório de psicologia. (COSTA, 2007).

O tratamento nestas colônias era direcionado por um modelo organicista (somático) e psicológico de cunho preventivo, segundo os preceitos de higiene mental. Tal modelo, gradativamente, substituiu o tratamento moral e produziu transformações na assistência, demandando profissionais mais qualificados e a necessidade de formar pessoal de enfermagem para a assistência aos alienados. Kirschbaum, 1997.

No ano de 1926, ocorreram mudanças no estatuto da Colônia do Engenho de Dentro, visando à prevenção, à eugenia e à educação dos indivíduos, aproximando-se dos ideais da LBHM. Pode-se, destacar como objetivos da LBHM, de acordo com seus estatutos

[...] (a) prevenção das doenças nervosas e mentais pela observância dos princípios da higiene geral e especial do sistema nervoso; b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentais passíveis de internação; c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles; d) realização de um programa de Higiene Mental e de Eugenética no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social. (BRASIL. Decreto nº 4.778 de 1925).

A LBHM combatia a mestiçagem das raças, pois esta era considerada causadora das doenças mentais. Essas idéias fizeram do modelo organicista uma proposta preventiva para a psiquiatria do século XX com claras ligações com os ideais eugênicos.

Os trabalhos de Carvalho (1999) e Souza e Boarini (2008) mostram que o movimento de Higiene Mental passou de teoria de causa dos males e doenças a

orientar a prática da psiquiatria através da noção de eugenia. A busca pela boa herança genética pelos casamentos e combate às degenerações morais, biológicas e psíquicas da população. A LBHM será uma das propagadoras da melhoria da raça brasileira sob a liderança de Gustavo Riedel, ao mesmo tempo diretor da colônia do Engenho de Dentro e da Escola de Enfermeiras lá sediada.

A partir de 1926, pode-se observar um desvio nos programas de higiene mental, onde a LBHM buscou atingir os últimos objetivos e negligenciar, pelo menos teoricamente, os objetivos iniciais. Tais objetivos sempre fizeram parte dos programas de higiene mental. Entretanto a partir deste momento a prevenção, a eugenia e a educação eram concebidas como atividades que os psiquiatras exerciam no interior dos estabelecimentos psiquiátricos. A prevenção fazia-se na medida em que a assistência aos doentes era realizada através das reformas dos serviços psiquiátricos e do aperfeiçoamento profissional dos psiquiatras e enfermeiros, logo, deste momento em diante, os psiquiatras passaram a ter também como alvo de cuidados o indivíduo normal e não mais apenas o doente, passando a ter como maior interesse a prevenção e não mais a cura. (COSTA, 2007).

Através dessa nova concepção de prevenção, pode-se inferir que os psiquiatras se deslocam gradativamente da prática tradicional e penetram no domínio cultural, até então situado fora dos domínios da Psiquiatria. Os psiquiatras definem-se cada vez mais como higienistas. Paralelamente, a higiene mental, que era inicialmente uma aplicação dos conhecimentos psiquiátricos, aparece como a teoria geral que contém e orienta a prática psiquiátrica. A LBHM justificava sua nova prática apoiando-se na noção de eugenia, era esta noção, portanto, que sustentava, cientificamente, a invasão do campo social pela higiene mental.

[...]. Os psiquiatras acreditavam que o Brasil degradava-se moral e socialmente por causa dos vícios, da ociosidade e da miscigenação racial do povo brasileiro. A prevenção eugênica apareceu-lhes como o instrumento mais rápido e eficaz para sanear a situação. Desde então, a coerência científica pouco importava. (COSTA, 2007, p. 21).

A higiene mental propunha medidas de controle social que abrangiam intervenções em diversas áreas e segmentos sociais: no lar, na escola, na organização do trabalho, na vida militar, no ambiente colonial, no domínio criminológico, na produção literária e artística. Esta acrescentava a noção de uma origem social da loucura à idéia já existente de que haveria uma base hereditária para a doença mental. O programa higiênico abarcava variados aspectos da vida privada estendendo-se aos círculos da vida pública dos indivíduos e visava, sobretudo, prevenir o aparecimento de qualquer distúrbio físico, psíquico ou mental considerado inferiorizadores do povo de uma nação que almejava estar entre as grandes do mundo (SOUZA, M. L.; BOARINI, M. L. 2008).

Verifica-se então que no contexto brasileiro, a articulação entre higienismo e eugenismo toma tamanha proporção que, em determinado momento, o movimento higienista e eugenista aproximam-se através de suas preocupações e determinação de tornar o Brasil uma grande nação. Recorrendo às noções de higiene psíquica e racial, apoiando-se em conceitos das ciências naturais e utilizando-se dos métodos das ciências exatas, os higienistas identificados com os ideais eugênicos propunham-se a explicar e prevenir a incidência das doenças mentais.

Segundo Renato Kehl (1929), médico eugenista e seguidor das teorias de Galton, eugenia é sinônimo de eugenesia e eugênica. Tem por fim a melhoria progressiva da espécie, pelo fomento da boa geração, pela procriação hígida,

consistindo, em suma, no enobrecimento físico, psíquico e mental do homem. O mesmo ainda relata que eugenia se constitui em ciência e arte; ciência pelos seus meios de estudo, e arte pelas suas aplicações. Como ciência possui o objetivo de investigar a herança biológica, e como arte possui o objetivo de alcançar uma boa geração.

Para um melhor entendimento do que é eugenia, admite-se significado diferente entre as palavras Eugenia e Eugenismo. A primeira corresponde à ciência que investiga, colhe informações, prova e coordena fatos para com eles constituir os princípios. A segunda corresponde ao culto e à ação eugênica, representando assim sua aplicação na sociologia (KEHL, 1929).

A Eugenia possuía como finalidade a conservação das boas estirpes e de converter as avariadas em sãs, em aperfeiçoar incessantemente a espécie humana tanto do ponto de vista físico quanto psíquico. Em outras palavras, a Eugenia se define como a higiene da raça, a seleção racional, a puericultura antes do nascimento, e uma aplicação total das ciências biológicas. Através da mesma, buscava-se a elevação moral e física do homem, a fim de dotá-lo de qualidades ótimas, e fornecer-lhe elementos de paz na família, na sociedade e na humanidade.

O movimento eugênico iniciou-se em 1912, quando ocorreu o primeiro Congresso Internacional de Eugenia convocado na Universidade da Capital de Londres. Através deste evento Renato Kehl teve a oportunidade de conhecer a ciência de Galton.

Em 1913, Renato Kehl publicou o primeiro trabalho sobre Eugenia anexo a um estudo sobre teorias de Weissman. Em 13 de abril de 1917, foi realizada na A.

C. M.¹⁰ de São Paulo a primeira conferência sobre Eugenia, onde os eugenistas puderam divulgar e praticar as idéias e preceitos eugênicos. Esta conferência foi publicada no “Jornal do Commercio” (edição paulista) no dia 19 do referido mês.

Em busca de espaços nobres à divulgação de suas idéias, Renato Kehl, esteve também presente à I Conferência pelo Progresso Feminino no Rio de Janeiro em 1922, onde apresentou “Breves considerações sobre um programma de protecção á infância” e “Como escolher um bom marido (O critério de um eugenista)” (BONATO, 2007).

Os eugenistas brasileiros puderam apresentar seus ideais através de um periódico que tratava especificamente de assuntos relacionados à eugenia, denominado Boletim de Eugenia, que teve sua circulação no período de 1929 a 1931, tendo como diretor e redator Renato Kehl.

Em 15 de janeiro de 1918 foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, sob o patrocínio do Professor Arnaldo Vieira de Carvalho, então diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Esta foi a primeira associação deste gênero criada na América do Sul, cuja solenidade inaugural ocorreu no salão nobre da Santa Casa da Misericórdia, onde se realizaram as sessões da Sociedade de Medicina e Cirurgia. Sua instalação despertou grande interesse não só no Brasil, como na América Latina e Europa (KEHL, 1929).

No Brasil, os primeiros trabalhos publicados em português foram pequenos artigos de Erasmo Braga, João Ribeiro, Horacio de Carvalho; na Bahia um folheto do professor Magalhães intitulado “Pro-Eugenismo”. Em 1914 Alexander Tepedino apresentou à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro uma tese intitulada

¹⁰ Associação Cristã de Moços, segundo informações do prof. Dr. André Mota do Museu Histórico “Professor. Carlos da Silva Lacaz” da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Contato eletrônico, 2012.

“Eugenia”. Renato Kehl ainda relata a sua publicação, em 1917, do folheto “Eugenia” e em 1919 o livro “Annaes de Eugenia”; um grosso volume no qual reuniu os discursos, conferências e trabalhos realizados na Sociedade de São Paulo. Dessa data em diante foram publicadas várias memórias, alguns livros (“Eugenia e Medicina Social – A Cura da Fealdade”) e numerosos artigos sobre o assunto em revistas nacionais e internacionais (KEHL, 1929).

Em 1929, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Eugenia na cidade do Rio de Janeiro, capital federal, quando se realizaram o I e II Concursos de Eugenia, nos quais foram escolhidas as melhores crianças de 3 a 5 anos do ponto de vista da saúde física, mental e genealógica.

Na transição entre as décadas de 1920 e 1930, pleiteava-se a criação de um Instituto Brasileiro de Eugenia cujos objetivos eram coletar dados sobre a população brasileira, incentivar pesquisas eugênicas, favorecer as condições eugênicas de boas proles, divulgar a eugenia, atuar junto aos governos de forma “a beneficiar o povo brasileiro pela consciência eugênica através da educação.

Em 1931, durante o Governo Getúlio Vargas, Renato Kehl criou uma Comissão Central Brasileira de Eugenia, que era composta por dez membros, dentre os quais figurava ele próprio, Belisário Augusto de Oliveira Penna¹¹ e Octavio

¹¹ Médico mineiro de Barbacena nascido, em 1868, cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se formou em 1890. Em 1904, transferiu-se para o Rio de Janeiro e passou a trabalhar na Diretoria Geral de Saúde Pública. Colaborou no combate à febre amarela, malária e outras doenças em diversos pontos do território nacional. Juntamente com o cientista e também médico Arthur Neiva, durante sete meses, entre abril e outubro de 1912, percorreram em lombo de burro do norte da Bahia, o sudoeste de Pernambuco, o sul do Piauí e Goiás de norte a sul, quando estudaram fauna, flora, geografia, condições de vida e história das localidades que de modo a melhor compreender a incidência e a distribuição de determinadas doenças e a propor medidas profiláticas para seu combate. Este relatório teve grande impacto nos meios intelectual e científico brasileiros por evidenciar as condições de vida nos sertões do Brasil e responsabilizar a doença pelo atraso da nação. Em 1918, assumiu a direção do Serviço de Profilaxia Rural, recém-criado pelo presidente Venceslau Brás. Entre 1927 e 1928, voltou a percorrer o Brasil como chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Em 1930, participou dos preparativos da revolução no Rio Grande do Sul. Após a vitória do movimento, foi nomeado diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Em setembro de 1931, foi nomeado ministro da

Domingues¹². O objetivo desta Comissão era esclarecer o significado da eugenia e procurar levar até a Assembléia Constituinte os assuntos eugênicos, principalmente relacionados à questão imigratória (SANTOS, 2008).

Os estudos mostram que recorrendo às noções de higiene psíquica e racial, apoiando-se em conceitos das ciências naturais e utilizando-se dos métodos das ciências exatas, os higienistas identificados com os ideais eugênicos propunham-se a explicar e prevenir a incidência das doenças mentais e tantos outros problemas. Neste sentido, para estes, interessava a possibilidade apontada pelo eugenismo de utilização de todos os conhecimentos, no sentido de melhorar física, mental e racialmente as futuras gerações brasileiras. Para este fim os psiquiatras sentem a necessidade de ampliar seu raio de ação através de um novo profissional, a Enfermeira Visitadora Social. Com o intuito de maior clareza neste processo de criação de um novo agente da higiene mental, vejamos a seguir a combinação dos aspectos de formação e gênero na Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal.

1.1. Educação feminina e a formação de enfermeiras no Distrito Federal

Os anos 1920 demarcam a entrada do Brasil na modernidade. Nas primeiras

Educação e Saúde, ficando no cargo por três meses. Em dezembro de 1932, voltaria a ocupar interinamente o ministério por alguns dias. No mesmo ano exonerou-se da direção do DNSP. Em seguida, ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB), organização política brasileira inspirada no fascismo italiano, sendo membro da Câmara do 40 da AIB, órgão supremo da entidade. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1939 (THIELEN e SANTOS, 2002).

¹² Zoólogo que foi formado e veio a ser professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, no Pará. Foi ainda professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, São Paulo e da Escola Nacional de Agronomia no Rio de Janeiro. Representa uma vertente mais mendeliana da eugenia nacional. Participou do Boletim de Eugenia que circulou entre 1929 e 1933 e da Comissão Central Brasileira de Eugenia, que seria um órgão centralizador das políticas e ações públicas para a seleção eugênica dos indivíduos, criado por Renato Kehl no Rio de Janeiro (STEFANO, 2001).

décadas do século XX aceleraram-se a industrialização, a urbanização, o crescimento do proletariado e do empresariado. O censo de 1920 apontou a população geral de mais de 30 milhões de habitantes. Mesmo que, de outro lado, permaneceram a tradição colonialista, os latifúndios, o sistema oligárquico e o desenvolvimento desigual das regiões, nos centros urbanos, modificaram-se os valores da cultura cotidiana e os próprios padrões da comunicação social. Automóveis, cinemas, jornais e revistas ilustradas mostram um pouco desta nova dinâmica. A Semana de Arte Moderna, em São Paulo, a Exposição Universal do Rio de Janeiro, e a I Conferência pelo Progresso Feminino, foram atividades integrantes das comemorações pelo centenário da Independência do Brasil em 1922, três eventos emblemáticos dos novos tempos.

A nova imprensa divulgava a imagem da mulher emancipada, inspirada nas atrizes do cinema. Nos Estados Unidos, existiam cerca de 8 milhões de mulheres trabalhando fora de casa. Depois de mais de 80 anos de luta, as mulheres americanas conquistaram o direito de voto em 1920. Na Europa, aonde os horrores da Primeira Guerra iam ficando para trás, a estilista Coco Chanel torna-se o símbolo da nova mulher. É claro que estas mudanças no padrão de comportamento das mulheres majoritariamente das classes médias e abastadas dos maiores centros urbanos no Brasil.

O Rio de Janeiro, a Capital da República, era até o início dos anos 1920, a maior cidade brasileira e gozava de privilégios importantes como sede político-administrativa, jornais, lojas, vida noturna, pela alta taxa de urbanização, e agregar mais de um milhão de habitantes e onde ocorreu a fundação da primeira emissora de rádio em 1923, a Radio Sociedade do Rio de Janeiro, por iniciativa de Roquette-Pinto.

A partir do estabelecimento da República, o ensino passou a ser livre, leigo e gratuito na escola elementar, contudo, a escolarização feminina continuava baixa e vista de formas diferentes entre os intelectuais da época. É possível identificar vozes anteriores a este momento com diferentes concepções sobre a educação feminina em publicações de pioneiras do discurso de emancipação feminina como Nísia Floresta (*A emancipação da mulher*, 1851), Maria Lacerda de Moura com “A instrução das mulheres como instrumento transformador de suas vidas” de 1918 e 1919.

Julia Lopes de Almeida, escritora da Belle époque carioca que para Nadilza M. de Barros Moreira (2007, p.8) representou uma “tentativa feminina/feminista de negociar as diferenças e articular estratégias de gênero e de permanência no espaço jornalístico e literário” em sua coluna durante mais de 30 anos, no jornal “O País”, onde discutiu variados assuntos e fez diversas campanhas em defesa da mulher, vindo a se tornar presidenta honorária da Legião da Mulher Brasileira, sociedade criada em 1919; ou ainda no pensamento do educador José Veríssimo (1906)¹³, no capítulo “A educação da mulher brasileira”, onde afirma que as mulheres devem ser educadas para que tomem dimensão de suas obrigações para com a humanidade – mãe, esposa, amiga companheira e aliada do homem na luta da vida (1985, p.122) e por isso “...meia dúzia de anos de puberdade à juventude bastariam para, com método e inteligência dar-lhes essas luzes de tudo indispensáveis ao exercício racional e proveitoso de sua função social” (VERÍSSIMO, 1985, p.123).

Mas sem dúvida, o pioneirismo e ações mais impactantes surgem a partir da figura de Bertha Maria Julia Lutz que depois de tomar contacto com os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos da América, criou as bases do feminismo

¹³ O texto publicado originalmente em 1906, foi republicado em 1985, versão consultada na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro em janeiro de 2008.

no Brasil. Em 1919, Bertha Lutz tornou-se secretária do Museu Nacional do Rio de Janeiro por concurso. O fato teve grande repercussão, considerando-se que na época o acesso ao funcionalismo público ainda era vedado às mulheres. Mais tarde, tornou-se naturalista na seção de botânica da mesma instituição. Foi a fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, após ter representado o Brasil na Assembléia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana.

Ainda em 1922, como delegada do Museu Nacional ao Congresso de Educação, lutou pelo ingresso das meninas no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, tendo as primeiras matrículas ocorrido somente a partir de 1926, com início da primeira turma no ano seguinte.

Berta Lutz organizou ainda em 1922, significativo evento político feminista do Brasil, a I Conferência pelo Progresso Feminino no Rio de Janeiro¹⁴. Na Organização Internacional do Trabalho, discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho feminino. Bonato (2005, p. 140) mostrou que a educação feminina foi objeto daquela Conferência que na Comissão de Educação e Instrução, quanto ao ensino superior e secundário, questionava que:

deve haver seções especiais para as alunas ou, ao contrario, devem elas freqüentar as aulas e exercícios escolares com os rapazes? Na hipótese do ensino simultâneo dos sexos, há necessidade de providências administrativas para resguardar a boa ordem e a disciplina? Em caso afirmativo, quais são elas? (BONATO 2005, p. 140).

Em 1929, participou da Conferência Internacional da Mulher, em Berlim. Ao regressar, fundou a União Universitária Feminina, a fim de discutir e influenciar a

¹⁴ Embora tratado pela bibliografia como I Congresso, a documentação do evento refere-se como Primeira Conferência. A este respeito ver BONATO, 2005, p.145.

educação feminina em escolas superiores.

No âmbito da educação oficial, no tocante à educação feminina, ao término de sua gestão frente à Diretoria da Instrução Pública Municipal, em 1926, Carneiro Leão, de um lado criticava o ensino profissional masculino, considerando que aquele não estava atendendo as necessidades de uma sociedade que se queria moderna, por outro elogiava o ensino das escolas para o sexo feminino, pois essas vinham “correspondendo francamente ao esforço feito e às esperanças nellas depositadas”, ao prepararem moças pobres para o trabalho no comércio, “vocaçao do Distrito Federal”, e alternativa às escolas normais (BONATO, 2003 p. 109).

De fato a escola normal era a grande aspiração das famílias das moças durante grande parte do século XX e neste contexto foi a partir de 1923 que se iniciou um novo modelo de formação de enfermeiras no Brasil, nos moldes anglo-americanos que apelava para um novo papel para as mulheres no mundo público, além do magistério primário, a enfermagem despontava como mais um espaço profissional reconhecido que se abria às moças com educação formal.

A introdução da enfermagem como profissão feminina através da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, representava, nas palavras do diretor do Departamento, o cientista Carlos Chagas no prospecto de informações da Escola que:

Não só abnegação e piedade exige agora delicado mister de cuidar de enfermos; exige ainda conhecimentos technicos exactos, que habilitem a providências urgentes, na occurencia de incidentes e imprevistos, e que facultem o desempenho consciente da alta missão de enfermeira (CHAGAS, 1926, p. 2).

O chamamento às boas moças brasileiras demonstra as características do

ensino praticado naquela escola, expressão de aspectos particulares da profissionalização da mulher nos anos 1920. Assim, a preferência pelas portadoras do título de professoras é evidenciada na propaganda que se fez da profissão na imprensa, apresentada como:

Magnífica oportunidade para que as moças brasileiras, diplomadas por escolas normaes ou que tenham estudos equivalentes adquiram uma profissão humanitária e lucrativa como enfermeiras de saúde pública ou hospitalares.¹⁵

A entrada do Brasil no século XX no mundo urbano industrial provocou mudanças na sociedade, particularmente na capital. Uma das questões importantes para as classes médias urbanas passou a ser a educação das elites e das classes populares para que cada grupo ocupasse o seu lugar e mesmo pudesse mudar de lugares. A Educação feminina passou a ser bandeira de luta de alguns intelectuais e do movimento feminista. A Enfermagem que ainda dava os seus primeiros passos na profissionalização de mulheres começou a ser vista como uma atividade feminina que por se utilizar modelos bastante conservadores de formação com internatos, uniformes e vigilância, poderia garantir a moralidade necessária para a atração das moças com razoável grau de escolarização.

Uma tentativa de aproximação entre o nascente movimento feminista e a Escola de Enfermeiras do DNSP foi um chá comemorativo oferecido por Jeronyma Mesquita¹⁶, outra entusiasta do movimento feminista brasileiro e simpatizante da enfermagem em sua residência no bairro do Flamengo em 1925 às formandas da primeira turma da Escola de Enfermeiras do DNSP (PORTO, 2007, p. 82).

¹⁵ Propaganda da Escola de Enfermeiras do DNSP. Revista da Semana, (1925). Acervo particular do prof. Dr. Fernando Porto da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da UNIRIO.

¹⁶ Membro da diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, juntamente com Bertha Lutz entre outras que organizaram em 1922, a Conferência pelo Progresso Feminino, no Rio de Janeiro.

Ao longo dos anos 1920, a Escola de Enfermeiras do DNSP foi acumulando prestígio e a profissão de enfermeira maior visibilidade, integrando a reforma sanitária e os serviços públicos de saúde. A enfermagem era sem dúvida uma atividade importante para o sucesso das ações do DNSP no combate às doenças transmissíveis e educação sanitária com a visitação sanitária domiciliar, além do trabalho nas unidades hospitalares do DNSP como o Hospital Geral de Assistência “São Francisco de Assis” e o Hospital São Sebastião.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública marca um dos primeiros movimentos de organização do Estado durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, que havia tomado posse em 3 de novembro de 1930. O primeiro Ministro da Educação e Saúde, Francisco de Campos, veio de Minas Gerais e em 1931, o governo provisório sancionou os decretos de reordenação do ensino secundário e instituição das universidades brasileiras, a Reforma Francisco de Campos. No Distrito Federal, até a instituição do Estado Novo (1937), verifica-se a disputa pela implementação de dois projetos distintos de educação: o representado pela Igreja e os educadores católicos *versus* o projeto dos intelectuais reunidos em torno da Associação Brasileira de Educação (ABE) liderada por Anísio Teixeira e outros, em parte derrotado pelo poder político da Igreja Católica consolidado na Assembléia Constituinte de 1934 com sucesso da Liga Eleitoral Católica nas eleições de 1933. (NUNES, 2001, p. 109).

A instituição do Estado Novo trará de volta ao centro da cena política os valores mais conservadores sob a liderança de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde.

Em 1931 a Escola Ana Néri¹⁷, como foi renomeada a Escola de Enfermeiras do DNSP a partir de 1926, foi elevada à Escola Oficial Padrão para fins de criação e equiparação das demais escolas de enfermagem do Brasil¹⁸. Com a abertura da Escola Ana Néri, o Ministério da Educação e Saúde Pública passou a contar com duas escolas de formação no Distrito Federal com característica opostas: A EPEE, desde 1921, dividida em duas seções prestando serviços à Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal, sem conseguirem as enfermeiras do campo psiquiátrico ocuparem posições mais prestigiosas ou estratégicas no Serviço de Assistência a Psicopatas, dirigida por médicos e acolhendo tanto homens como mulheres em seu corpo discente (AMORIM e BARREIRA, 2007, p. 221). Por outro lado, a Escola de Enfermagem Anna Nery, “Escola Padrão”, dirigida por enfermeiras, exclusivamente feminina, será incorporada à Universidade do Brasil como instituição complementar de ensino em 1937, ao lado do Colégio Universitário (ensino secundário complementar) e o Hospital das Clínicas. Do ponto de vista do prestígio social, a seção feminina da EPEE, a “Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto” localizada na Colônia do Engenho de Dentro obtém maior visibilidade que a seção mixta, localizada no Hospital Psiquiátrico da Praia Vermelha na imprensa ilustrada da época como mostra o trabalho de Porto (2007).

Nos primeiros anos, a Escola de Enfermeiras do DNSP contou com bolsas de estudos nos Estados Unidos da América para a especialização de enfermeiras e em 1928 a EPEE dava início ao seu próprio curso de especialização em visitadoras

¹⁷ A literatura apresenta várias grafias diferentes para o nome Anna Nery. Foram mantidas aqui as formas apresentadas nas diversas fontes.

¹⁸ É a oficialização do que se conhece como “Padrão Anna Nery” um modelo para a formação das enfermeiras no Brasil. (SILVA JUNIOR, 2000).

sociais¹⁹.

A criação deste curso deu à Escola Alfredo Pinto o pioneirismo da criação de um curso de especialização em território nacional na área da psiquiatria.

Em defesa da Escola e do curso de visitadoras sociais, o Dr. Alfredo Neves apontava em artigo de 1936, a consolidação da enfermagem como “natural aspiração entre as moças que se sentem inclinadas a esse mister ou que precisam uma actividade para a sua propria manutenção” e o destaque que vêm obtendo as enfermeiras oriundas da escola em

hospitais, casas de saúde, empresas particulares e até mesmo em serviços escolares, como se verifica com a inspeção medica do Departamento de Educação da Prefeitura desta Capital” onde concorreram com diplomadas por várias outras escolas de enfermagem, sendo que na sua maioria, se collocaram nos primeiros logares (NEVES, 1936, p. 168).

Mais adiante o professor critica a lei padrão de formação de enfermeiras que no seu ponto de vista não corresponde às necessidades do país ao afastar das escolas moças pobres com curso primário, insuficientes para acesso às escolas equiparadas à Escola Padrão, isto porque “mais parece ter visado o augmento da nossa estatística de doutores; porque pretendendo valorisar tão alto a magnifica profissão, não será difficil que tenha concorrido para estinguil-a em curto prazo”. Entende o pediatra que não passa de utopia ou desconhecimento, pretender que moças normalistas ou com o curso de humanidades dediquem-se, senão por excepcional vocação, às noites de vigília ou trocar fraldas, (NEVES, 1936, p. 169). Exalta, por fim, a possibilidade de

¹⁹ Contudo, RHODUS (1978) localiza entre 1946-1957, os primeiros cursos de pós-graduação para enfermeiras no Brasil.

continuidade dos estudos no curso de visitadoras sociais para as enfermeiras mais capazes.

A conservação da enfermagem em níveis menores de educação formal foi a tônica do discurso dos psiquiatras e sua prática em relação à escola sob os seus domínios indica e reforça a manutenção da distância social entre os principais agentes da nova estatura assistencial aos psicopatas do Distrito Federal, médicos e enfermeiras.

A ordem política que sustentava o governo Vargas após a revolução de 1930, implantou uma série de mudanças que visavam consolidar as diretrizes do Estado nacional. O Ministério da Educação e Saúde Pública passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde (MES). No campo da educação, ocorreu o fortalecimento da vertente mais conservadora liderada por Francisco Campos. Na Saúde, o médico o sanitarista João de Barros Barreto assumiu a direção do Departamento Nacional de Saúde (DNS) em duas ocasiões entre 1935 e 1939 e 1941 e 1945.

Com vistas a ampliar e fortalecer a presença do governo central nos estados. Foram criadas 8 Delegacias Federais de Saúde, nas 8 regiões em que foi dividido o território nacional: (1) Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro; (2) Território do Acre e Estados do Amazonas e Pará; (3) Estados do Maranhão, Piauí e Ceará; (4) Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; (5) Estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo; (6) Estados de São Paulo e Mato Grosso; (7) Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e (8) Estados de Minas Gerais e Goiás. Suas sedes foram estabelecidas nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. (HOCHMAN,

2005). Este processo se aprofundaria em 1941 na criação dos Serviços Nacionais na estrutura do DNS.

Com forte predominância dos serviços ligados ao combate às doenças infecto-contagiosas que deveriam ser objeto da ação dirigida pelo órgão federal com apoio das estruturas locais (estados) os serviços ficaram assim organizados: Serviço Nacional da Peste; de Tuberculose; de Febre Amarela; do Câncer; de Lepra; de Malária; de Doenças Mentais; de Educação Sanitária; de Fiscalização da Medicina; de Saúde dos Portos; Serviço Federal de Bioestatística e Serviço Federal de águas e Esgotos.

O Serviço Nacional de Doenças Mentais passou a ser o *lôcus* de atuação dos psiquiatras em um conjunto maior de atividades controladas pelos sanitaristas que carregaram as atividades das enfermeiras de saúde pública a pontos mais destacados de prestígio na administração pública do que conseguiram os psiquiatras para as enfermeiras oriundas da EPEE.

A resistência da Escola de Enfermagem Anna Nery em promover a educação em psiquiatria em seus domínios, aceitar alunos do gênero masculino e manter atividades práticas nos estabelecimentos psiquiátricos, formando agentes demandados pelo projeto de ampliação da psiquiatria e da higiene mental, conforme se oficializa em projeto de nova regulamentação do Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal (SAP) mantiveram a EEAP nos domínios (masculinos) dos psiquiatras:

Enquanto não se criar na Escola Ana Néri curso especializado de enfermeiros e de atendentes psiquiátricos para os dois sexos, será mantida, para aqueles fins, anexas ao Serviço de Assistência a Psicopatas, a Escola Profissional Mixta de Enfermeiros, criada pelo Decreto 791 de 27 de setembro de 1890 e que funcionará no Hospital Psiquiátrico e nas Colônias (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, 1937).

Informada sobre este projeto, a diretora da Escola Ana Néri, a enfermeira norte americana Bertha Pullen contaria à idéia, assim se manifestou ou Reitor da Universidade do Brasil, professor Raul Leitão da Cunha:

Sou de opinião que a idéia original fora exigir que a Escola Anna Nery assumisse a responsabilidade da instrução, em seu pavilhão de aulas, de algumas das cadeiras do programa dos hospitais da Assistência a Psicopatas, e absorvesse uma parte dos professores. **Situação essa muito complicada e prejudicial.** A Escola Anna Nery prefere não se imiscuir nesse programa, a menos que a isso fosse obrigada.” (BERTHA PULLEN, 1937. grifos nossos)

Com esta recusa, assim como “a enfermagem moderna, implantada por Florence Nightingale no século XIX, que não incluía o louco na sua clientela... a Escola de Enfermagem Anna Nery, ... só vai desenvolver estágio nesta disciplina em 1949²⁰, no Hospício Engenho de Dentro...” (MIRANDA, 1994, p. 103).

Sob a liderança do psiquiatra Adauto Botelho²¹, inicia-se a desativação do Hospital Psiquiátrico da Praia Vermelha em 1942²² e as atividades deslocadas para a colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá e para o Centro Psiquiátrico Nacional no Engenho de Dentro. O Conjunto arquitetônico da Praia Vermelha, nas palavras de Pedro Calmon

Ficava deserto, com extensos sinais de ruína dando-lhe o aspecto lamentável de um casarão do passado, sem serventia nem utilidade, o palácio que perdera o motivo de subsistir entre as luzes e os ruídos de um

²⁰ Por força da Lei 775/49 que incluía esta temática como obrigatória para a formação de enfermeiras, no que viria a receber ajuda da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, de longa data com atividades na Colônia.

²¹ Adauto Junqueira Botelho, médico mineiro de Leopoldina (1895), foi uma das mais eminentes e expressivas figuras da psiquiatria brasileira. Doutorou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1917. Sua tese de doutoramento foi “Contribuições para a etio-patogenia da demência precoce - disendocrinias pela reação de Abderhalden”. Em 1940 assumiu a direção da Divisão de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal e por sua iniciativa foi criado em 1941 o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM). Faleceu em 1963.

²² Concluída em setembro de 1944 e o conjunto arquitetônico entregue à Universidade do Brasil que promoveu obras e iniciou a ocupação em 1949.

bairro moderno: abandonado, imprestável, imenso...(CALMON, 2002, p. 85)

Há este tempo também se discutia a padronização da formação de técnicos para o MES. A impossibilidade de demover a Escola de Enfermagem Anna Nery de sua recusa em oferecer formação em doenças mentais ou amparar formação inferior pretendida por alguns no MES para as enfermeiras e atendentes, denominação inserida na reforma de 1936. Vale destacar que esta forma, elaborada proposta de três médicos do Departamento Nacional de Saúde: o diretor João de Barros Barreto, Adauto Botelho, diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais e Samuel Libanio, diretor do Serviço Nacional de Tuberculose desagradou profundamente os agentes comprometidos com o aumento do prestígio das enfermeiras lideradas pela Escola de Enfermagem Anna Nery que o viam como um retrocesso ao seu projeto de fortalecimento da enfermagem em cursos superiores, com mais forte razão tendo esta proposta sido implantada no Distrito Federal; espelho da nação. Amorim e Barreira (2007).

Durante a I Conferência Nacional de Saúde (1941)²³, e os debates que se seguiram, os psiquiatras evitaram admitir maior independência da enfermeira no campo da psiquiatria, projeto este das enfermeiras oriundas do campo da saúde pública (EEAN/UB). Por outro lado, não conseguiram inserir a formação psiquiátrica (e se inserirem) na Escola de Enfermagem Anna Nery. Mas foram vitoriosos em garantirem a formação de um agente especializado aos fins da psiquiatria e manter a regência das disciplinas na EEAP. Ao fim do período estudado, as duas escolas públicas federais no Distrito Federal seguem caminhos opostos: a EEAN com formação exclusivamente feminina inserida ainda que precariamente na Universidade

²³ Instituídas na reforma do MES de 1937.

do Brasil e a EEAP de formação mista alocada no Departamento Nacional de Doenças Mentais.

Em síntese, vale dizer que estes projetos traduzem intenções distintas de inserção do trabalho da enfermagem preferencialmente feminino, nos projetos de reforma da sociedade a partir da instalação da República, e claramente setorizados pelos agentes de maior poder político e científico do Estado: sanitaristas e psiquiatras que desejam a formação de auxiliares especializados para expandirem suas visões de mundo e efetuem o trabalho no tecido social. É nítido também o maior poder de articulação e vocalização das enfermeiras oriundas do projeto da saúde pública, ao passo que chama a atenção a invisibilidade mesma daquelas que obtiveram maior formação na EPEE, a partir de 1927, especialistas em visita social.

Esta trajetória até aqui torna possível afirmar que no estágio inicial de implantação e desenvolvimento da enfermagem profissional no Brasil, entre o final do século XIX e a década de 1940, não há clara definição do *status* do curso de enfermagem na legislação do ensino. Os cursos oferecem formação profissional em nível não universitário, contudo são efetivadas especializações no Brasil. Chama a atenção o discurso dos médicos em favor de profissionais por eles formados que possam se incumbir de atividades por eles selecionadas e supervisionadas. A enfermagem psiquiátrica como auxiliar dos médicos e preferencialmente feminina.

No caso da psiquiatria, não galgaram os enfermeiros nem mesmo o ensino “teórico”, o domínio do saber, para a formação de outros enfermeiros. Os mesmos entendimentos e procedimentos se deram com o curso de especialização em visitadoras sociais, ao que parece então com mais forte razão dirigido pelos médicos, autoridades científicas e únicos capazes de formarem as especialistas.

1.2 A Reforma da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal e o Curso de Enfermeiras Visitadoras Sociais

O avanço das idéias sobre a doença mental levaram a operacionalização de nova organização assistencial aos Psicopatas e o Decreto nº 17.805 de 23 de maio de 1927 regulamenta a Assistência a Psychopathas do Districto Federal introduzindo medidas de profilaxia e higiene mental.²⁴

Esta reforma manteve a assistência pública a psicopatas na Capital Federal direta e exclusivamente dependente do Ministro da Justiça e Negócios Interiores; ordenou as instituições valorizando para a nomeação dos cargos os médicos que tivessem especialidade ou experiências nas clínicas psiquiátricas ou neurológica. O instrumento legal detalha com minúcias as atribuições dos funcionários médicos e não médicos e é omissos em relação às atribuições dos enfermeiros(as).

O Dr. Heitor Carrilho em artigo publicado na Revista “O Brazil Médico”, destaca que a reforma tornou “os estabelecimentos para tratamento de psychopathas órgãos e partes integrantes da hygiene mental.” (1927, p. 652). Chama a atenção o autor para a criação de um serviço de assistência social, com um médico-chefe, incumbido de levantar dados relativos a vida anterior do doente e das famílias e tomar providências para socorrer com a devida assistência. Deste serviço faziam parte as visitas domiciliares “Quando requisitadas pelos psychiatras, por intermédio do diretor geral ou pelos parentes dos egressos dos manicômios, dando-lhes os devidos conselhos e providenciano no que houver mister” (1927, p. 653).

²⁴ O projeto foi apresentado e defendido na Câmara dos Deputados pelo eminente professor Afrânio Peixoto que foi médico da Assistência, chegando a dirigi-la em alguns momentos.

No parágrafo seguinte, o Dr. Carrilho destaca a criação do curso de especialização dos enfermeiros para os fins de assistência social.

O Capítulo IX do Decreto 17.805/27 versa especificamente sobre a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, criada em 1890, dando-lhe nova organização com as sessões Mixta e a Feminina respectivamente no Hospital Nacional e na Colonia Feminina de Psychopathas, sob a superintendência dos diretores destes. Instituíam mudanças no curso de enfermeiro e enfermeira, mantido com dois anos de duração com as seguintes matérias: Primeiro anno:

- 1) Noções geraes de sciencias physicas e naturaes.
- 2) Noções geraes de anatomia e fisiologia.
- 3) Noções geraes de higiene e pathologia; enfermeiragem elementar.
- 4) Administração e organização sanitárias, ethica enfermeiral.

Segundo anno:

- 5) Noções praticas de propedêutica clinica e pharmacia.
- 6) Technica therapeutica geral e especializada, dietética, enfermeiragem medica.
- 7) Noções praticas de pequena cirurgia, ginecologia e obstetrícia, enfermeiragem cirúrgica.
- 8) Noções de medicina social, serviços de assistência medico-social.

Determina ainda que o curso seria “theorico e prático com aulas theoricas dadas duas vezes por semana, em 40 a 50 minutos e práticas, tanto quanto possível, diárias em logares adequados”.

O Curso de Visitadoras Sociais, “além do programma acima estabelecido”, seria desenvolvido em uma série com as seguintes matérias, “indispensáveis á sua educação medico-social.”

- 9) Hygiene social.
- 10) Puericultura.
- 11) Organização da vida social: legislação social e leis de assistência.
- 12) Diagnostico, profilaxia e therapeutica das doenças sociaes.
- 13) Noções geraes de psicologia.

O decreto estabelece ainda a quem se destinava o curso: **“Exclusivamente para moças que tenham conquistado o seu diploma de enfermeiras, escolhidas entre as de melhores condições de instrucção, educação e feitio psychico, moral e social”**²⁵ e seria realizado na secção mixta do hospital ou na feminina da Colonia de Engenho de Dentro. As matérias seriam seleccionadas por funcionários da Assistência a Psychopathas (médicos) “ou outros funcionários para - administração etc. conforme a indicação do director geral e da Colonia.”

É curioso verificar que o nome original da Escola era Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1890) dividida em três secções em 1921, justamente a masculina, não parece ter sido implantada. Na presente reforma, o designativo enfermeiras desapareceu do nome no momento em que se cria mais um curso, o de maior qualificação, exclusivamente feminino. Isto sugere a clara preferência pelo feminino e a impossibilidade de se abrir mão dos elementos masculinos no contexto da assistência psiquiátrica, naquele tempo de poucos recursos farmacológicos ou outros que pudessem prescindir das forças física e moral dos homens.

O decreto tem ainda a intenção de capacitar os enfermeiros que já atuavam nas unidades psiquiátricas ao estabelecer que todo o pessoal de serviço clínico da Assistência a Psicopatas com 10 anos ou menos, de serviço nos respectivos estabelecimentos, seria obrigatória a matrícula e frequência escolares, vindo estes

²⁵ Grifo nossos.

devidamente capacitados a substituírem progressivamente aqueles com 10 anos ou mais de serviço “si não satisfizerem as exigências deste Regulamento”, o que aponta para o possível significativo contingente de servidores sem qualificação para o exercício da enfermagem, consideradas as dificuldades de recrutamento de pessoal para um trabalho no mínimo difícil.

Do ponto de vista pedagógico, a formação é majoritariamente prática, em serviço para os que já eram servidores públicos nos estabelecimentos psiquiátricos, e aos estranhos ao serviço, alunos da escola, são considerados praticantes de enfermagem, submetidos ao mesmo regime disciplinar, prestação de serviço ao estabelecimento com direitos a aposento, alimentação, vestuário e gratificação mensal, evidenciando-se a integração completa ao trabalho como elemento primeiro da formação. Ao final do curso, os aprovados receberiam seus diplomas de habilitação expedidos pelo Director Geral da Assistência a Psychopathas.

Quanto as razões dos psiquiatras para a criação do curso, é importante frizar que a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, criada no Hospital Nacional de Alienados em 1890 manteve-se por muito tempo sob jurisdição destes especialistas, como instrumento de consolidação do poder médico-psiquiátrico na sociedade, a partir de seu principal *locus* de produção e aplicação do saber, o hospital psiquiátrico. Assim, as mudanças nas orientações epistemológicas e tecnológicas da psiquiatria podem ser verificadas nos reflexos que estas tiveram sobre a Escola.

A documentação consultada indica a existência do curso até 1942 quando uma nova reforma promovida na EPEE através de dois instrumentos legais, o Decreto nº 4.725 e o Decreto nº 10.472, ambos de 22 de setembro de 1942 reordenaram a formação de enfermeiros auxiliares para os serviços sanitários e assistenciais criou a

especialização em serviços psiquiátricos para enfermeiros diplomados. A esta época foi designada a primeira enfermeira como diretora da Escola, a professora Maria de Castro Pamphiro, oriunda da primeira turma da Escola de Enfermeiras do DNSP.

Conforme já demonstrado, a EPEE encontrava-se inteiramente dentro do campo psiquiátrico. Por esse motivo, todas as reformas implantadas nesta área em diferentes momentos históricos tiveram por finalidade atender aos interesses corporativos dos psiquiatras e impactar a formação de enfermeiras na EPEE.

Com base nos dados coletados no Livro de Registro de Expedição de Diplomas da Seção Feminina e nos dossiês das enfermeiras armazenado no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro, foi possível quantificar o número de concluintes do Curso de Visitadoras Sociais da EEAP. Durante os 15 anos de existência do curso (1927-1943). O Livro registra a expedição de 102 diplomas o que resulta numa média de 6,8 visitadoras sociais formadas por ano. Entretanto, só foram encontrados 101 dossiês tomados então como número total de concluintes nas análises quantitativas destes estudo.

A primeira expedição do diploma de Enfermeira Visitadora Social ocorreu em 20 de dezembro de 1928 e a última em 05 de janeiro de 1943, referente a última turma, no ano anterior.

Durante a etapa de seleção de documentos no Arquivo Setorial da Escola de Enfermagem, um diploma foi localizado. Emitido em 1958, registra a conclusão do curso por uma enfermeira em 1940. Possivelmente solicitado e não retirado da secretaria escolar, este documento é exemplar único de uma espécie rara. Como relíquia que imaginariamente abre a janela do passado, este escrito é apresentado aqui

Figura 1. Reprodução eletrônica (scanner) de Diploma de Visitadora Social emitido em 1958



Fonte: Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da UNIRIO

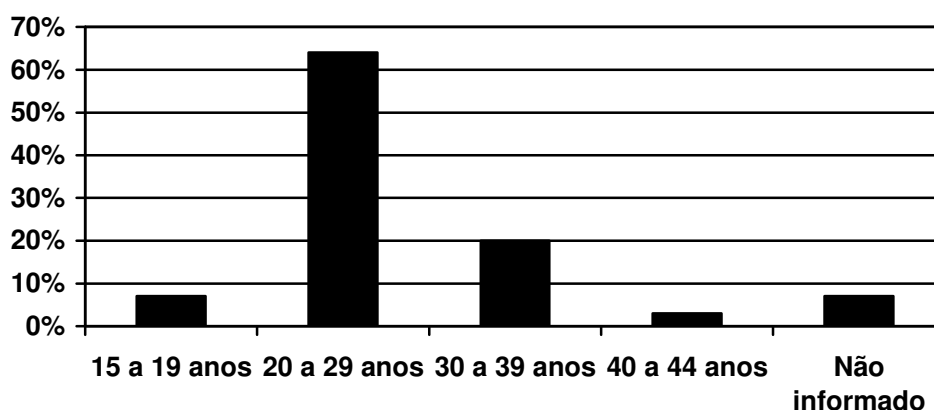
Com o intuito de conhecer o perfil das enfermeiras visitadoras sociais, esta pesquisa elegeu como elementos de análise a faixa etária, o estado civil, a cor da pele e a nacionalidade coletados diretamente nos dossiês. Para facilitar a análise dos resultados, os dados foram tabulados em frequências absolutas e percentuais para cada uma das características encontradas nos 101²⁶ dossiês.

Tabela 1: Faixa etária das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais

Faixa etária	Frequência absoluta	Frequência relativa
15 a 19 anos	7	7%
20 a 29 anos	64	63%
30 a 39 anos	20	20%
40 a 44 anos	3	3%
Não informado	7	7%
Total	101	100%

Fonte: Dossiês das alunas depositados no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro.

Gráfico 1: Faixa etária das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.



²⁶ O Livro de Expedição de Diplomas registra 102 enfermeiras formadas pelo curso, contudo, até o final desta pesquisa, um dossiê não foi localizado. (CAVALCANTI e SILVA JUNIOR, 2010).

Fonte: Dossiês das alunas depositados no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro.

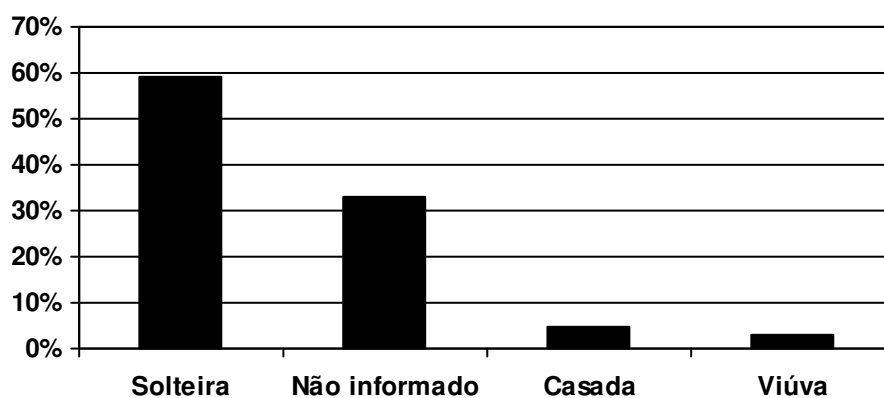
Outra característica encontrada nos dossiês foi o estado civil dessas enfermeiras. Foram encontrados os seguintes registros: solteira, casada e viúva. Esses registros foram analisados através da frequência relativa de cada um deles, como nos mostram a tabela 2 e o gráfico 2:

Tabela 2: Estado Civil das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.

Estado Civil	Frequência absoluta	Frequência relativa
Solteira	60	59%
Não informado	33	33%
Casada	5	5%
Viúva	3	3%
Total	101	100%

Fonte: Dossiês das alunas depositados no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro.

Gráfico 2: Estado Civil das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.



Fonte: Dossiês das alunas depositados no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro.

A representação gráfica acima nos permite observar que, na maioria dos registros encontrados nos dossiês das enfermeiras visitadoras sociais, o estado civil predominante era o de solteira. Porém, ser solteira não era uma exigência para a realização do curso já que também encontramos registro de casadas e viúvas e expressivo número de não registro do estado civil.

Também foi possível identificar, como item nos dossiês, a cor da pele, onde predominou a cor branca, mas não excluiu outras cores de pele, conforme mostram a tabela 3 e o gráfico 3:

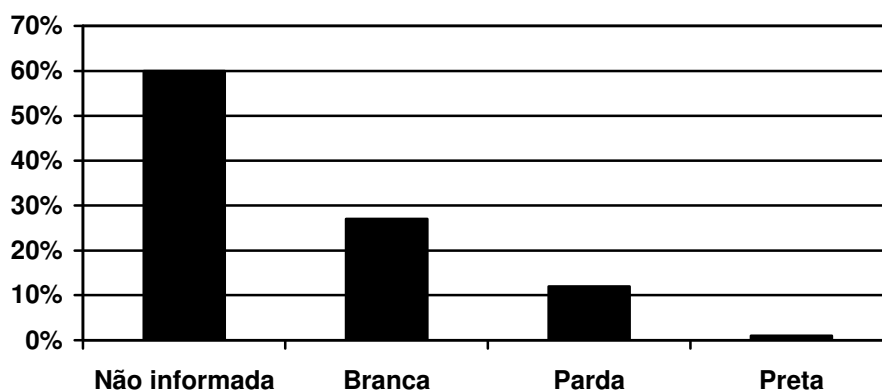
Tabela 3: Cor da pele das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.

Cor da pele*	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não informada	61	60%
Branca	27	27%
Parda	12	12%
Preta	1	1%
Total	101	100%

Fonte: Dossiês das alunas depositados no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro.

* Auto-declarada

Gráfico 3: Cor da pele das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.



Fonte: Dossiês das alunas depositados no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro.

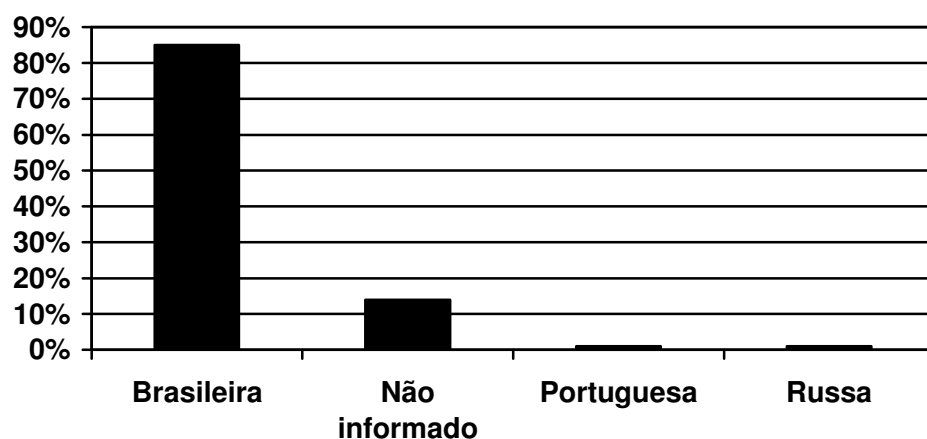
Além dessas características, também foi possível identificar a nacionalidade dessas enfermeiras. Apenas duas não eram brasileiras; uma era natural de Portugal e a outra da Rússia.

Tabela 4: Nacionalidade das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.

País	Frequência absoluta	Frequência relativa
Brasileira	85	84%
Não informado	14	14%
Portuguesa	1	1%
Russa	1	1%
Total	101	100%

Fonte: Dossiês das alunas depositados no Arquivo Setorial Maria de Castro Pamphiro.

Gráfico 4: Nacionalidade das enfermeiras concluintes do Curso de Visitadoras Sociais.



Fonte: Dossiês das alunas depositados no Arquivo Setorial Maria de Castro Pamphiro.

Os dados permitem verificar que o curso foi realizado por mulheres jovens que já possuíam um título reconhecido pelo Estado. Kirschbaun (1997) mostra que com a criação das escolas de enfermagem, esta ocupação adquiriu uma certa valorização social, tomando-se uma alternativa de profissionalização não só para as mulheres que pertenciam às classes dominantes - que constituíam a clientela da Escola Anna Nery e da Escola da Cruz Vermelha, mas também para as que provinham das classes trabalhadoras - população absorvida pela Escola de Enfermagem Alfredo Pinto dos anos 1920 aos anos 1930.

No tratamento dos dados chamou a atenção o elevado número de candidatas que não declararam a cor da pele e apenas uma auto-declaração de cor preta (quadro e gráfico 3). Dado o contexto de crítica à miscigenação e expectativas “científicas” de diminuição progressiva do elemento negro e indígena da sociedade brasileira explica

estes resultados.

Sobre os aspectos étnicos, Sena (1999) identificou dificuldades vividas na pré-seleção, na admissão e no âmbito escolar por mulheres negras e mestiças no corpo discente da Escola de Enfermagem Anna Nery, nos anos 1920 e 1930, período que corresponde à predominância de enfermeiras estrangeiras na direção da instituição, vindo a concluir que havia práticas veladas de racismo naquela escola.

A incorporação de alunas e enfermeiras não brancas aos quadros da escola, e da Assistência, particularmente no momento quando estas estavam envolvidas na produção e reprodução do discurso contrário à miscigenação racial pode ter sido questão delicada ou mesmo uma contradição que os psiquiatras não conseguiram evitar ou transpor.

O advento da especialização possivelmente traria maior *status* à enfermagem, contudo, a quase totalidade de concluintes do curso era oriunda da própria escola, o que indica o aceite ou o interesse apenas por parte daquelas que haviam iniciado sua formação nas seções escolares da assistência psiquiátrica, por terem vencido os desafios da psiquiatria da época ou o curso não ofereceu atrativos às enfermeiras formadas nas escolas do DNSP, da Cruz Vermelha Brasileira ou das demais até o encerramento do curso em 1942.

CAPÍTULO II

Higienismo e eugenia na formação e prática das visitadoras sociais

O Decreto nº 17.805 de 23 de maio de 1927 que regulamentou a Assistência a Psychopathas do Districto Federal também reformou a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras e criou o Curso de Visitadoras Sociais. Este curso foi construído como uma estratégia de melhor capacitar as enfermeiras para ampliar o raio de ação da psiquiatria, fortemente carregada do higienienismo mental e de idéias eugênicas.

O capítulo IX do Decreto nº 17.805/27 indica que o curso de visitadoras sociais é uma extensão do curso de formação de enfermeiras da Escola Profissional pois se coloca como posterior ao curso de enfermeiras em uma série (ano) com as disciplinas Hygiene Social, Puericultura, Organização da Vida Social: Legislação Social e Leis de Assistência, Diagnostico, Profilaxia e Therapeutica das Doenças Sociaes e Noções Geraes de Psicologia. A partir deste ponto, o texto do decreto não diferencia as instruções para o curso de enfermeiro e enfermeira e o de visitadora social. Refere-se a aulas teóricas e práticas, sendo as primeiras ministradas duas vezes por semana, de 40 a 50 minutos e as práticas, “tanto quanto possível, diarias em logares adequados”.

As aulas estavam a cargo dos médicos da “Assistencia a Psychopathas, podendo ser outro funcckionario para administração, etc. conforme indicação do director geral e da Colônia onde funcckionem as respectivas escolas” (Hospital Psiquiátrico e Colônia do Engenho de Dentro). Com o ano letivo desenvolvido entre 16 de março e 30 de novembro, exames finais e encerramento dos trabalhos escolares a partir de 11 de dezembro.

O curso era desenvolvido por inserção das alunas, não funcionárias dos

serviços, nas unidades assistenciais prestando serviço nestas, sujeitas aos respectivos regulamentos e em usufruto de aposento, alimentação e vestuário de serviço no estabelecimento e gratificação mensal, na condição de praticantes de enfermagem. Considerando-se jornadas de 8 horas diárias em 5 dias por semana nas 36 semanas de duração do curso, foram calculadas as cargas horárias e como produto obteve-se a relação de 72 horas para o desenvolvimento das aulas teóricas e 1.368 horas práticas no conjunto das 5 matérias ministradas. É clara a desproporção 19 vezes maior da prática para a teoria. Neste sentido, é evidente o interesse dos idealizadores do curso de dar à enfermeira visitadora social capacitação eminentemente prática. As opções pedagógicas adotadas por um determinado contexto refletem as ideologias (e os objetivos) desse referido contexto. E, muitas vezes, o interesse central não está precisamente dirigido aos fundamentos epistemológicos da pedagogia e sim aos efeitos de sua aplicação (BORDENAVE, 1983).

Como requisitos para matrícula são exigidos dos candidatos terem mais de 19 anos de idade, possuir instrução, ao menos elementar (para o curso de enfermeiro e enfermeira) ser vacinado, não sofrer de doença contagiosa e ter saúde regular e apresentar atestado de bons costumes. Esta última exigência indica a preocupação com a moralidade dos candidatos aos cursos da Escola de Enfermeiros e Enfermeiras. Nos Dossiês das 101 concluintes do curso de visitadoras foram identificados 74 e analisados 14 atestados²⁷ correspondentes a cada ano de vigência do curso de Visitadoras Sociais (1928-1942), com exceção do ano 1931, em que houve apenas 3 enfermeiras matriculadas no curso, mas seus atestados não foram encontrados.

O critério de seleção dos atestados analisados foi adjetivação atribuída às

²⁷ O processo de organização do acervo da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, ainda em andamento, impôs algumas limitações ao presente estudo.

enfermeiras candidatas. Os atestados que asseveravam a boa conduta das candidatas não pertenciam ao ano em que ingressavam no curso de Visitadoras Sociais, sendo do ano em que se inscreveram no curso de enfermagem. Para realizar a matrícula no curso de Visitadoras Sociais, um novo atestado não foi exigido, somando-se ao conjunto de documentos da enfermeira somente o requerimento de matrícula ao Diretor da Escola. Os responsáveis pela assinatura nos atestados eram pessoas com certa autoridade e prestígio, capazes de assegurar idoneidade das candidatas, como delegados de polícia, professores e militares. Nos 14 atestados analisados, 35,8% eram assinados por pessoas em que não consta a profissão, 21,5% por delegados; 21,4% por doutores; 14,2% por militares do exército e 7,1% por advogados.

Existe certo padrão entre os atestados, a maioria deles é elaborado de um modo parecido, em que os mesmos termos e adjetivos são utilizados. Os termos mais utilizados nos atestados são: boa conduta, exemplar conduta, exemplar comportamento, pessoa idônea, pessoa de confiança, boa reputação, nada consta que desabone sua conduta. A criteriosa seleção de candidatas e controle rigoroso do comportamento das alunas foi um dos pilares de reforma moral da enfermagem promovida por Florence Nightingale na instituição da enfermagem moderna na Inglaterra vitoriana. Internato e uniformes faziam parte deste conjunto de regras necessárias à nova identidade profissional que se constituía. Assim,

toda enfermeira deveria ser uma pessoa com quem se pode contar, isto é, capaz de ser uma enfermeira de confiança (...) estritamente sóbria, honesta e, mais do que isso, ser uma mulher religiosa e devotada (...) observadora, segura, direta e rápida, e ser uma mulher de sentimentos delicados e modestos (NIGHTINGALE, 1989, p. 138).

Os atestados eram necessários para servirem de comprovação dos bons

costumes e da boa conduta das candidatas, pois nas décadas de 1920 a 1940 era exigido um comportamento que se ajustava ao conceito de “moças de boa família”, em que as mulheres deveriam se enquadrar nos rígidos padrões da sociedade com honestidade, sinceridade e honra. Sena *et all* (1998) mostram os rigores do controle moral para as alunas de enfermagem na Escola de Enfermagem Anna Nery no Rio de Janeiro na década de 1920. Assim, o controle social sobre a moralidade da mulher era acentuado no caso das enfermeiras, pois havia critérios estabelecidos de modo à preservação de um elevado modelo profissional.

As matérias do Curso de Visitadoras publicados em 1930, nomeadas de cadeiras²⁸, mostra o grande volume de temas a serem tratados em cada uma delas. Higiene social, ministrada pelo doutor Ernani Lopes, desdobra-se em 12 temas (ou aulas), Puericultura ministrada pelo Dr Alberto Farani e pelo professor substituto Dr. Oswaldo Guimarães 8 temas; Organização da vida social: legislação social e de Assistencia, pelo Dr. Alfredo Neves, 40 temas; Diagnostico, profilaxia e therapeutica das doenças sociaes pelo Dr. Zóphyro Goulart, 23 temas e finalmente Noções geraes de psicologia pelo Dr. Gustavo de Rezende, 27 temas. Vale destacar que alguns desses temas desdobram-se em sub-temas compondo um programa bastante extenso para ser tratado em 8 meses e 15 dias aproximadamente, sobretudo se considerada a pequena carga horária teórica prevista ao curso.

Os Annaes da Colonia de Psychopathas do Engenho de Dentro de 1936 mostram um aumento considerável nos desdobramentos dos temas em relação a 1930, mudanças de alguns professores e a descrição do Curso Pratico na cadeira Diagnostico, profilaxia e therapeutica das doenças sociaes, com demonstrações

²⁸ Do latim cátedra, unidade de conhecimento regida por um catedrático nas escolas universitárias. No Brasil, a cátedra foi extinta na reforma universitária de 1968.

práticas, visitas a serviços técnicos e visitas domiciliares em turmas. Neste momento a cadeira estava a cargo do professor Dr. Edgard de Almeida. Nesta mesma publicação, o Dr Ernani Lopes, agora diretor da Colônia em substituição ao Dr. Gustavo Riedel²⁹, apresenta em artigo suas Sugestões para melhoria do ensino na Escola de Enfermeiras “Alfredo Pinto”. Sobre o Curso de Visitadoras Sociais indica suas propostas de desdobramento e mudanças nas matérias, entre elas, seu “humilde parecer” que a cadeira de Puericultura deveria chamar-se “Noções de eugenia e de puericultura” que

aliás, têm feito parte do programma da cadeira organizado por alguns dos seus docentes – mas, sem duvida, não serão todos que acceitarão esse criterio de que a eugenia se acha englobada na puericultura. (LOPES, 1936, p. 216)

Doutor Ernani Lopes foi um dos entusiastas do movimento de eugenia e higiene mental. Caldas (1930) *apud* Carvalho (1999), destaca o papel pioneiro e decisivo dele, juntamente com Juliano Moreira e Gustavo Riedel, como dirigentes das primeiras campanhas em favor da "prophylaxia mental".

A participação das alunas da Escola de Enfermeiras desde 1940 na Parada da Raça³⁰ indica o envolvimento daquela no ideário patriótico-eugênico que era tomado como dever cívico e de ofício pelas enfermeiras.

Chama a atenção que embora não se tenha encontrado defesa de inserção da enfermagem em nível universitário nos documentos, o uso do termo cadeira para as

²⁹ Fundador da LBHM e seu primeiro presidente. Além destes, Henrique Roxo, Plinio Olinto, Mauricio de Medeiros, Afranio Peixoto e Faustino Esposel são apontados como grandes dirigentes. Afranio Peixoto e Carlos Penafiel são especialmente citados por suas atuações na Câmara Federal. A este respeito ver Carvalho, 1999.

³⁰ Schneider e Ferreira Neto (2006) apontam que nas décadas de 1930 e 1940 organizam-se as paradas da raça e outros eventos cívicos materializadas no movimento Juventude Brasileira; manifestações políticas organizadas pelo Estado Novo.

matérias/disciplinas do curso pode advir do costume dos médicos em sua formação e exercício do magistério nas faculdades de medicina

Na análise do Curso de Visitadoras Sociais, observa-se influência tanto das idéias eugênicas quanto do higienismo em várias cadeiras do curso. Em Higiene Social o seu conceito é baseado segundo o critério da pluralidade dos higienistas, o conteúdo abordava os principais órgãos cooperadores em higiene social. Já no subtópico Higiene Social da Reprodução, constatou-se a associação das idéias do Eugenismo com as do Higienismo. A matéria tratava da “Eugenia aplicada: restrictiva e constructiva” e discutia “O que tem sido feito em nosso paiz nos domínios da eugenia.” e “Necessidade da selecção eugênica dos imigrantes”. Em “Diagnostico, Prophylaxia e Therapeutica das Doenças Sociaes” abordava-se a as finalidades e os feitos da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada em 1923 e localizada no mesmo *campus* da seção feminina da Escola de Enfermagem. Nessas e em outras matérias verificou-se a presença de temas relacionados à eugenia e higienismo, relacionados entre si ou não. Na cadeira Puericultura ensinava-se o valor do ramo higiene infantil e as correlações da puericultura com a eugenia de Galton, e principalmente, com a eugenetica de Pinard, que estuda as condições de uma boa procriação (Annaes de Colonia de Phsychopathas de 1936). Sobre os professores, os Annaes da Colonia de Phychopathas de 1936, registram os doutores Ernani Lopes e Octavio Ferreira Pinto, o primeiro foi co-fundador da Liga Brasileira de Higiene Mental e Diretor da Colonia de Psychopathas do Engenho de Dentro e por extensão da Escola de Enfermeiras do segundo, pediatra, não se obteve outros dados biográficos.

Cada cadeira do curso tem vários subtópicos, dentro desses foram analisados

os temas abordados, buscando a identificação da presença das correntes estudadas.

São elas:

1. Higiene social com doze subtópicos, tendo observado em onze características eugênicas e higienistas. Os nomes desses subtópicos: conceito de higiene social; higiene social da reprodução; higiene social da infância, da adolescência e da juventude; higiene escolar; higiene social da maturidade, da velhice e da invalidez; higiene social do trabalho e do desporto; prophylaxia das doenças nervosas e mentaes; prevenção e repressão da delinquencia; meio de propaganda em higiene social.
2. Puericultura com oito subtópicos em 1930 e quinze em 1936 (subtópicos adicionadas ao longo do curso), sete foram observadas influência. São: “concepção moderna da puericultura e eugenia, noções geraes”; “puericultura intra-uterina: hygiene de gestação”; “puericultura intra-partum: pratica obstétrica moderna”; “puericultura PST-natal: hygiene do recém-nascido”; “principios fundamentaes da eugenia”; “hygiene escolar” e “exame pré-nupcial - regulamentação do casamento”.
3. Organização da vida social: legislação social e da assistência com quarenta subtópicos, tendo cinco com influência. São: Noções geraes de educação, moral e cívica; Moral, saneamento e educação; Seleção social no Brasil; Hygiene e prophylaxia nas ruas e casa; Imigração; Direitos e deveres; Deliquentes.
4. Diagnostico, prophylaxia e therapeutica das doenças sociaes com vinte e dois subtópicos e seis com influência. São: Hygiene mental das Doenças Sociaes; Aspecto social das verminoses; Aspecto social dos distúrbios mentaes; Aspecto social dos egressos dos nosocomios, Aspecto social da epilepsia; Pauperismo e seu aspecto social.

5. Noções gerais de psicologia com vinte subtópicos e três com influência. São eles: consequências metodológicas das novas bases científicas; estudo do factor humano no trabalho.

Quadro I - Cadeiras do curso de especialização em visitadoras sociais e elementos de higienismo e eugenismo.

Nome da Cadeira	Quantidade de Subtópicos	Elementos de higienismo e eugenia
1. Higiene Social	onze	sim
2. Puericultura	sete	sim
3. Organização da vida social: Legislação Social e da Assistência	cinco	sim
4. Diagnóstico, profilaxia terapêutica das doenças sociais	seis	sim
5. Noções gerais de psicologia	três	sim

Fonte: Anais da Colônia do Engenho de Dentro, 1936.

Outro elemento que corrobora com a hipótese da influência das correntes higiênica e eugênica no curso são as relações dos professores de cada cadeira com a LBHM, demonstrado no quadro II a seguir.

Quadro II - Relação dos professores e organizadores do curso de visitadoras sociais com a LBHM, mas o professor é considerado no conjunto de colaboradores da Escola. Além dos citados. ** O Dr.

Organizadores das disciplinas e Professores	Cargos ocupados na Liga Brasileira de Higiene Mental
1. Dr. Ernani Lopes - Higiene social	Presidente de Honra – Alienista- Chefe do Hospital Colônia de Alienadas e fundador da LBHM no Rio de Janeiro.(Diretor da Colônia em 1936)
2. Dr. Ignacio da Cunha Lopes - Cadeira de Psiquiatria Clínica*	Fundador da LBHM no Rio de Janeiro
3. Dr. Xavier de Oliveira - Cadeira de organização da vida social, legislação social e de assistência.	Conselho Executivo da LBHM e Presidente de Honra - Assistente da Assistência a Alienados
4. Dr. Gustavo Rezende - Noções gerais de psicologia	Presidente de Honra - Assistente do Serviço de Prophylaxia Mental na Colônia de Alienadas.
5.Dr. Gustavo Riedel – Diretor da Colônia e da Escola**	Gustavo Riedel – Conselho Executivo da LBHM e Fundador da LBHM no Rio de Janeiro

Fonte: Fonte: Anais da Colônia do Engenho de Dentro, 1936. *A disciplina não constava no curso, Gustavo Riedel, além de diretor da Colônia, era também diretor da Escola e participou da organização de disciplinas do curso.

A apreciação mais detida das cadeiras revela a influência das correntes científicas, higienista e eugênica primeiramente quando se analisa cada cadeira e seus subtópicos.

A primeira cadeira, Higiene social, faz na maioria de seus subtópicos referências à eugenia e ao higienismo, em algumas ocasiões a própria corrente é o tema central. No conceito de hygiene social transmitido às alunas, o critério utilizado era o da pluralidade dos higienistas. Já confirmando o poder do higienismo no curso. No segundo subtópico, “hygiene social da reprodução”, constatou-se a associação das idéias do eugenismo com as do higienismo, pois a matéria tratava da “Eugenia applicada: restrictiva e constructiva” e discutia “O que tem sido feito em nosso paiz nos domínios da eugenia.” e “Necessidade da selecção eugênica dos imigrantes”, o que coincidia com o discurso de Renato Kehl, membro da LBHM, de que para melhorar o povo era necessário introduzir na população a consciência eugênica da reprodução, ou seja, responsabilidade na procriação, apenas pessoas aptas a dar nascimento a seres bem dotados podem ter filhos, conceito base da higiene mental. Além, de conter as práticas de exame medico pre-nupcial, hygiene conjugal e indicações de esterilização medidas defendidas pelos higienistas. (Annaes de 1930)

No subtópico “Hygiene social da infancia, da adolescencia e da juventude”, observa-se tendência higienista no assunto ”dados de hygiene aplicáveis a cada uma dessas fases vitais” e “noções sobre hygienica” que seriam passados pelas visitados sociais aos jovens; e tendência eugênica na incitação da formação de hábitos sadios e erradicação dos maus hábitos, itens destacados na descrição da matéria. Neste, “Hygiene escolar”, um dos assuntos abordados era o da hygiene physica e mental do escolar sadio, a visitadora social deveria realizar exames das acuidades sensoriaes,

observar a postura normal durante as aulas, tendência higiênica. Já, “Prevenção e repressão da delinquência”, era a eugenia entrelaçada com o higienismo, ensinavam às alunas os fatores de delito e classificação de delinquentes (penalidades e seus sucedaneos), os casos mais acessíveis à intervenção médico-social, as práticas delinquentes: mendicância, prostituição, curandeirismo, adeptos do álcool-bebida e jogos de azar, a crença no “baixo misticismo”. Era a busca da erradicação dos maus hábitos. Também seriam encarregadas de prover assistência aos filhos dos sentenciados. Era discutido em “Assistência social à família”, em particular as mais pobres, “o problema hygienico e econômico da habitação e da alimentação nas zonas urbanas e rurais”, tendência higiênica. Em “Hygiene social da maturidade, da velhice e da invalidez” abordava o tema “hygiene social das collectividades de adultos”, tendência higiênica. Enquanto que em, “Hygiene social do trabalho”, o tema proposto era o da hygiene no local de trabalho, a orientação e seleção de profissionais e a hygiene do esforço muscular e da actividade intellectual, tendência higiênica e eugênica, sendo que existe a noção de seleção. Outro seria, “Técnica do serviço social dos casos individuais”, que era a hygiene social propriamente dita, as visitadoras deveriam dar assistência aos temas imigração e emigração, sendo hygiene social a associação dos problemas de hygiene e saúde, verificamos tendência higienista neste subtópico, e possivelmente eugênica na questão da imigração, já que a imigração de europeus era vista pelos eugênicos positiva, pois iria “esbranquiçar” a população e traria bons gens, logo o país iria desenvolver.

Discutido em “Prophylaxia das doenças nervosas e mentaes” os inconvenientes eugênicos da alta precoce dos heredo-psychopatas. As visitadoras são designadas como monitoras de hygiene mental nos dispensários psychiatricos. Neste

subtópico também havia seções de pesquisas genealógicas nos manicômios, clínicas infantis de comportamento e noções sobre educabilidade e aperfeiçoamento das funções psíquicas nas pessoas normais, influência eugênica. Aqui se pode debater o impasse dramático em que se encontrava o alienista, quando um heredo-psicopata (doente mental hereditário) de seu serviço manicomial se achava em condições de ter alta, Dr. Ernani Lopes cita, nos Annaes de 1942, que existia um conflito de interesse entres os alienistas, pois acreditavam que mesmo depois da cura o “ex-alienado” iria procriar outros seres infelizes, vítimas indefesas da terrível herança patológica. Os médicos da LBHM defendiam a promulgação no Brasil da lei heredo-saneamento que foi promulgada na Alemanha, que legalizaria a esterilização a esses pacientes, assim o alienista poderia dar alta, sem remorso; como não existia a lei no Brasil as visitadoras se tonaram agente de esterilização, já que eram responsáveis por propagar os ideais da eugenia, sendo um deles a não reprodução de pessoas com características degenerativas. O último subtópico, com influência analisada, envolvia os “Meios de propaganda em hygiene social”; as visitadoras seriam responsáveis pela disseminação das duas correntes na população.

Na segunda cadeia, puericultura, as influências estão nos subtópicos: “Concepção moderna da puericultura e eugenia” ensinadas às alunas noções gerais de ambos os temas, percebe-se o peso do eugenismo quando este é identificado como tema central em mais um subtópico. Em “Exames pré-nupcial - regulamentação do casamento”, a influência eugênica indica a necessidade do exame pré-nupcial, um meio de selecionar aqueles que poderiam gerar filhos. Além de ser uma hygiene do casamento, tendência higienista. Existiam dois subtópicos semelhantes, eram: “Puericultura intra-uterina: hygiene da gestação”, “Puericultura post-natal: hygiene do

recem-nascido”, todos envolvidos com a noção higiênica. “Puericultura intra-partum: pratica obstetrica moderna”, eram ensinados as suas relações com a hygiene mental. “Principios fundamentaes da eugenia: suas relações com a hygiene mental”, grande exemplo da influência eugênica no curso de visitadoras, principalmente por estar associado à hygiene mental. Já o último subtópico da cadeira puericultura, “Hygiene Escolar”, era simplesmente higiênica.

A terceira cadeira, Organização da vida social: legislação social e da assistência, os temas form separados por letras A, B C e D. Dentro de cada separação havia dez subtópicos, nos cais apenas os citados mantinham relações com a eugenia e higienismo. A letra A- Organização da vida social, com os subtópicos “Noções geraes de educação, moral e cívica”, que estava relacionada com a eugenia devido à noção de moral. “Moral, saneamento e educação; Seleção social no Brasil” as ideias de moral e seleção social transmitem influência eugênica. A segunda divisão, B- Legislação social no Brasil, tinha “Hygiene e prophylaxia nas ruas e casas” que ao lidar com a hygiene nas ruas e casas, relaciona-se com o higienismo com a finalidade de prevenir doenças associadas à falta de sanidade. “Immigração; Direitos e deveres” estava ligado à ideia eugênica da higienização da “raça” com a introdução de imigrantes europeus (brancos e desenvolvidos). A letra C- Leis de assistência no Brasil incluía “Deliquentes”, baseada na idéia de sua segregação como prevenção social e como proteção individual, uma característica eugênica. Já a D- Repressão penal não foi identificada qualquer influência das correntes estudadas em seus subtópicos.

A quarta cadeira era Diagnostico, prophylaxia e therapeutica das doenças sociaes, em seus vinte e dois subtópicos, sendo o vigésimo segundo o curso prático, foram identificados seis com tendências eugênicas e higienista. São eles: “Hygiene

mental das Doenças Sociaes”, discutia-se sobre a Liga Brasileira de Hygiene Mental, sua origem, principais pioneiros, finalidade, os feitos da Liga a própria hygiene mental e a profilaxia das doenças sociais, além do principal: a colaboração das visitadoras no programa da LBHM. A partir desse subtópico, analisa grande influência tanto da eugenia quanto do higienismo, e a associação dos dois através da hygiene mental. “Aspecto social das verminoses”, notada a influência do higienismo através da noção de sanidade nas habitações das regiões infestadas ensinada às visitadoras. “Aspecto social dos distúrbios mentaes”, percebe-se a influência das correntes estudadas por meio da orientação à visitadora para este caso, a hygiene mental. “Aspecto social dos egressos dos nosocomios”, as visitadoras eram responsáveis por buscar informações sobre as condições higiênicas na vida extra-nosocomial do paciente; essa pesquisa demonstra a importância dada ao higienismo, pois tentam identificar uma relação dele com causa da doença; sendo as visitadoras responsáveis pela pesquisa espera-se delas grande domínio de tal ciência. “Aspecto social da epilepsia”, diversos temas abordados, mas o apenas o “Hygiene mental dos epiléticos” mantinha relação de influência com eugenismo e higienismo. O último, “Pauperismo e seu aspecto social”, era discutido a doença mental como fator de pauperismo: baixa do nível profissional, ideia caracterizada como eugenia, já que associa a uma característica degenerativa, a doença mental, a causa de um fator desprovido/subdesenvolvido.

A quinta cadeira, Noções geraes de psychologia continha vinte subtópicos dos quais três apresentam atributos da eugenia e higienismo. “Consequencias methodologicas das novas bases scientificas”, entende-se que dentro dessas novas bases científicas eram estudadas as correntes eugenia e higienismo, sendo identificados

novamente como tema central do subtópico, demonstrando grande importância e influência dessas ciências no curso de visitadoras. Dúvida “Estudo do factor humano no trabalho”, influências eugênicas e higienistas a partir da identificação da higiene mental no subtópico.

A influência das vertentes, eugenia e higienismo também é confirmada quando analisamos os nomes dos professores responsáveis por cada cadeira do curso. Como já evidenciado nos resultados através do quadro II, Relação dos professores e organizadores do curso de visitadoras sociais com a LBHM. Existia uma ligação entre professores e a LBHM. A relação é natural, já que os professores eram psiquiatras na própria colônia, que era dirigida por um dos precursores da higiene mental e fundador da LBHM, Dr. Gustavo Riedel. Identifica-se também, o fato do curso ser na Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro mesmo *campus* da LBHM o que reforça a idéia de influência das correntes.

Durante esta pesquisa foram localizados na Biblioteca da Escola de Enfermagem 2 publicações originais de Renato Kehl, maior ideólogo da eugenia no Brasil: “Eugenia e medicina social (Problemas da vida)” 2ª edição de 1923 e “Lições de eugenia” 2ª edição de 1935, mais um indício da influência desta corrente na Escola de Enfermagem.

No prefácio do primeiro, Belisário Penna³¹ destaca a frase de Kehl que a “notável doutrina de Galton [está] destinada a ser a religião do futuro”³². Nas notas à segunda edição, o próprio Renato Kehl lamenta o estado de latência em que se

³¹ O principal líder da eugenia brasileira, Renato Kehl, era genro de Penna, que tornou-se membro da Comissão Central Brasileira de Eugenia, de que era secretária sua filha Eunice, esposa de Kehl. (THIELEN e SANTOS, 2002).

³² A frase original de Kehl era “A ciência de Galton é o pedestal da religião que tem por escopo a regeneração integral da humanidade” está publicada em Lições de Eugenia. Assim como os positivistas, também os eugenistas tinham a pretensão de atribuir *status* religioso ao seu imperativo científico.

encontra a Sociedade Eugênica de São Paulo fundada em 1917, com o apoio do professor Vieira de Carvalho e espera que venha “a ser fundado no Rio de Janeiro, um Centro Brasileiro de Eugenia.

Cabe dizer que este movimento científico atraiu grande parte da intelectualidade brasileira e em determinado momento chegou mesmo a se confundir com o higienismo, doutrina de medicalização da sociedade iniciada na sociedade liberal que passa a investir na saúde da população, contribuindo para transformar a medicina de individual em social.

Na organização do movimento eugênico no Brasil, a partir de São Paulo, Renato Kehl, secretário da Sociedade, convidara figuras importantes para que atuassem como vice-presidentes honorários, entre eles Belisário Penna, respeitado, conhecido, especialista em saneamento, com grande expressão no Rio de Janeiro, (STEPAN, 2005). O médico e diretor da nova escola de medicina de São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho, foi nomeado presidente da Sociedade. Entre os outros membros de destaque figuravam o bacteriologista e diretor do Instituto Butantã, Vital Brasil; o microbiologista, Artur Neiva (companheiro de Penna, na expedição aos sertões brasileiros); o médico e positivista, Luís Pereira Barreto; o educador, Fernando de Azevedo e o psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antonio Austregésilo (KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009).

Desta forma, o pensamento eugênico brasileiro se ligou intimamente ao movimento sanitarista iniciado no começo do século XX e incorporando a educação como um dos instrumentos da pretendida regeneração.

Em 1931, Renato Kehl, o mesmo que havia fundado a Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, organizaria a Comissão Central Brasileira de Eugenia, no Rio de

Janeiro. Entre os objetivos da Comissão estava “prestigiar ou mesmo auxiliar os empreendimentos científicos ou humanitários de caráter eugênico e dignos de apreço” (KEHL, 1931, *apud* SCHNEIDER e MEGLHIORATTI, 2012).

A este tempo, cargos ocupados na Comissão por alguns membros como Belisário Penna – diretor geral do Departamento Nacional de Saúde Pública, Achilles Lisboa – higienista e eugenista, Ernani Lopes – Presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental e Gustavo Lessa – assistente do Departamento Nacional de Saúde Pública, por exemplo, indicam a proximidade entre os eugenistas e o governo federal³³. Esta aproximação vai levar a proclamações de fortalecimento da raça por ações higiênicas e eugênicas que penetram o Estado burocrático, não causando então estranhamento a existência na Constituição de 1934 do artigo 138 que determinava que à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das respectivas leis caberia:

- a) Estimular a educação eugênica;
- f) Adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbididade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis (SCHNEIDER e MEGLHIORATTI, 2012, p. 24).

Perdurando a influência dos princípios eugênicos também na Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, na qual a educação física, tornada obrigatória como medida eugênica em todos os níveis de ensino na formação do cidadão pretendido pelo Estado:

³³No Rio de Janeiro, em torno do eugenista e ex-secretário da Sociedade Eugênica de São Paulo, Renato Kehl; que se mudara para o Rio de Janeiro em 1919, reuniram-se na Comissão, médicos e cientistas de renome como diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, o antropólogo e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Edgard Roquette-Pinto; o diretor do Hospital Nacional dos Alienados, Juliano Moreira; o presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto; o professor de ginecologia e obstetrícia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Fernando Magalhães; o higienista Afrânio Peixoto; o psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antonio Austregésilo e o especialista em doenças mentais, Henrique Roxo (SCHNEIDER e MEGLHIORATTI, 2012).

A Educação Física, o ensino físico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (BRASIL, 1937).

Na Análise de Rocha (2001, p. 171-172), a educação física naquele contexto estava “diretamente articulada a um ideal político que objetivava por meio das atividades físicas o condicionamento moral e disciplinador, indispensável para a formação de um estado totalitário e ao mesmo tempo populista”.

A proximidade e mesmo a simbiose entre os movimentos eugenista e higienista nas primeiras décadas do século XX, levou o Dr. Edgard Roquette-Pinto, médico e antropólogo, eugenista a estabelecer a seguinte distinção entre as duas correntes científicas em 1929³⁴:

A “higiene” procura melhorar o “meio” e o “indivíduo” e a “eugenia” procura melhorar a “estirpe”, a “raça”, a “descendência”. São Preocupações bem diferentes... Afinal verificou-se que a higiene sozinha não consegue impedi que surjam certos tipos enfermos. Porque há “doenças da raça”, há doenças ou deficiências do germen. E a higiene não vai lá (ROQUETTE-PINTO, 1982, p.44).

Roquette-Pinto foi também um entusiasta da educação como instrumento capaz de atingir os propósitos da eugenia, pois através dela se poderia promover “a seleção artificial da boa semente, facilitando a sua larga propagação e entavando senão estancando a má.” (op cit, p. 107) Esta posição difere por exemplo da atitude científica de Renato Kehl que acredita que a escola deve já ela receber o “bom material” para o “bom acabamento” e que “a criança deve começar a aprender, desde muito pequena, o verdadeiro papel que representa como célula cooperadora do grande organismo coletivo” (KEHL, 1933, p.217).

Entre os intelectuais atraídos para esta onda científica e “regeneradora do

³⁴ A edição consultada foi a terceira, de 1982.

Brasil”, além dos já citados, destaca-se o educador Fernando de Azevedo que foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo, ocupando o cargo de 1º Secretário e que viria a ser entre 1926 e 1930, diretor da instrução pública do Distrito Federal.

Particularmente interessado nos aspectos benéficos da educação física, objeto da tese que preparou para concorrer à cadeira de educação física no Ginásio do Estado em Belo Horizonte em 1916, impressa um ano mais tarde, Azevedo representa em seus primeiros trabalhos a vertente lamarkista da eugenia ao acreditar que os benefícios adquiridos com a educação física poderiam ser transmitidos às gerações futuras, contribuindo assim para a formação da “raça forte” (GUALTIERI, 2008).

Na análise de Nancy Stepan (2005), esta vertente foi a que permitiu a aproximação da eugenia com o higienismo e o sanitarismo, sendo assim interpretada como um novo ramo da higiene, e entre suas preocupações, sobressai a dos psiquiatras com a higiene mental.

Além destes aspectos ligados à concepção da nova psiquiatria higienista e eugênica, um outro ponto merece destaque nesta apreciação, é a formação feita em serviço para os alunos e alunas da escola de enfermagem. O decreto nº 17.805 em seus artigos 95, 96 e 98 determina que os enfermeiros e enfermeiras com menos de 10 anos de serviço nos respectivos estabelecimentos estavam obrigados à matrícula e freqüência escolares e que os alunos e alunas estranhos aos estabelecimentos da Assistência a Psicopatas seriam considerados praticantes de enfermagem e teria além de aposento, alimentação e vestuário de serviço e gratificação mensal, devendo prestar serviços nos estabelecimentos conforme designação dos respectivos diretores da Assistência, por extensão, diretores da escola. Assim,

a qualificação formal ou o preparo informal no interior do próprio processo

de trabalho seria uma medida eficaz para especializar enfermeiros de ambos os sexos para cuidar dos doentes mentais nas instituições psiquiátricas e nos programas de higiene mental, segundo os preceitos científicos e humanitários defendidos pela medicina mental brasileira, desde o século XIX (KIRSCHBAUN, 1997, p. 2).

Esta opção dos psiquiatras parece atender ao interesse de fazer uma formação total do pessoal de enfermagem mantendo-os o maior tempo possível na instituição e também de suprir às necessidades de mão-de-obra para as unidades assistenciais. É importante destacar que os preconceitos que envolviam o trabalho nos hospitais psiquiátricos e as menores exigências para o curso de enfermeiros desta área abriram as portas da qualificação para pessoas portadoras de menor capital cultural que na visão dos psiquiatras necessitariam então de algum conhecimento teórico-científico e uma extensa carga prática.

Em 1942 os Anais da Colônia Gustavo Riedel registram a colação de grau das turmas de 1941 da Escola de enfermeiras “Alfredo Pinto” realizada em 27 de dezembro de 1941 e entre as principais atividades da colônia entre 1930 e 1940 a extensão neste último ano do serviço de enfermeiras visitadoras sociais às famílias de doentes dos serviços fechados da Colônia; a formatura de 232 enfermeiras e 60 visitadoras sociais (entre 1930 e 1939); a instituição, em 1938, das “proveitosas viagens de estudo aos nossos Estados pelas turmas do curso de visitadoras sociais da Escola de Enfermeiras” e a “Comemoração em 27 de setembro de 1940 do cinquentenário da Fundação da Escola de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Psicopatas. (1941, p. 148).

O cinquentenário da Escola foi comemorado com sessão no Palácio Tiradentes, à época, Câmara dos Deputados do Brasil em cerimônia presidida pelo Dr. Adauto Botelho, diretor geral da Assistência a Psicopatas, com presença expressiva de autoridades nacionais. Em seu discurso, o presidente da sessão destacou os feitos da

escola e das enfermeiras visitadoras. Os alunos representantes das secções mixta e feminina receberam como prêmios o livro de Clifford Beers, criador da higiene mental nos Estados Unidos. (ANAIS DA ASSISTÊNCIA 1941, p.373).

Sobre as excursões de estudos a São Paulo (1938) e Minas Gerais (1939) onde as alunas do Curso de Visitadoras em delegação chefiada pelo Dr. Ernani Lopes³⁵, diretor da Colônia Gustavo Riedel visitaram diversas instituições assistenciais e de pesquisa, a Escola Normal e Escola de Enfermeiras, entre outras, são avaliadas estas excursões como valiosas para a formação das Visitadoras Sociais e clama para a continuidade das atividades naqueles e em outros estados ou unidades da federação.

É importante destacar que estas viagens, além de proporcionarem experiências de aprendizado às alunas, certamente também serviram de estratégia de visibilidade ao curso e da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal em duas unidades federais de inquestionável peso político e econômico naquele momento histórico. Em minucioso relatório da visita a São Paulo, a enfermeira Regina Meinicke, da turma de 1938, registra que “O Juqueri não possui escola de enfermeiras; elas são práticas orientadas pelos médicos. É pensamento do governo fundar ali uma escola de enfermagem” (1942, p.214).

Chama a atenção a ampliação da formação, inclusive com viagens de estudos às enfermeiras e a manutenção de uma expectativa de docilidade que apela para que a enfermeira “exercite a sua inextinguível vocação piedosa” ao assumirem o papel de madrinhas das doentes mentais, idéia lançada pelo Dr. Ernani Lopes durante aula da cadeira de Higiene Social do Curso de Visitadoras, reiterando idéia que havia sido veiculada pela primeira vez em 1933 pela Liga Brasileira de Higiene Mental, tendo

³⁵ Nesta oportunidade o Dr. Ernani Lopes proferiu na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, a conferência “Eugenia e Higiene Mental”, publicada em 1942 nos Anais da Colônia Gustavo Riedel.

imediate adesão das enfermeiras que se candidataram a “apadrinhar” somente as mulheres alienadas, com doçura e energia conforme a propostas de regulamentação elaborada pela enfermeira D. Flavia Rocha da Colônia Gustavo Riedel. (1942, p. 152-155). Reforça-se aí a idéia de um serviço prestado de mulheres para mulheres, sob a supervisão científica masculina.

Apesar das críticas elogiosas ao desenvolvimento dos trabalhos na colônia, também são registradas as dificuldades, particularmente no Hospital Psiquiátrico (Praia Vermelha). Os Anais da Assistência a Psicopatas de 1941 indicam as fragilidades do Serviço de Assistência Social, sem dotação orçamentária; do Serviço de Higiene Mental em sua missão de evitar a internação dos psicopatas, contudo tendo em 1939 apenas uma enfermeira monitora de Higiene Mental e **fichados**³⁶ 61 doentes e a Escola Profissional de Enfermeiros – Secção Mixta) com matrícula de 24 estudantes no primeiro ano e 16 aprovados ao final deste e de 22 matriculados no segundo ano e a diplomação de apenas 11. (1941, p. 43-45), tendo o dia 31 de dezembro daquele ano registrado o total de 1849 doentes internados naquele hospital. Na Colônia Gustavo Riedel, concluíram no ano de 1939, 23 alunas o curso de enfermagem geral e 10 visitadoras socais.

Em defesa da maior qualificação para o melhor desempenho de sua profissão, entende o Dr. Mário M dos Reis nos Anais da Assistência de 1941 que a divisão do curso de enfermagem em duas partes foi acertada: o curso fundamental, de enfermeiras propriamente ditas ou enfermeiras clínicas, e o curso de enfermeiras visitadoras como “especialização que tanto convêm à enfermagem para que ela possa produzir os seus melhores frutos...” (1941, p. 132). Contudo o professor tece também críticas ao curso que no seu entender peca por deixar de abordar mais profundamente

³⁶ Grifo nosso de termo também utilizado para registro policial.

temas de neuro-psiquiatria e repetições de conteúdos em disciplinas de ambos os cursos.

Também o Dr. Carlos Pimentel Cardoso, médico e professor da Escola de Enfermeiras em artigo publicado em 1942, critica a proposta de enfermeira ser “doutora”, outrossim,

técnica com certa cultura, ao menos mais elevada que a médica cultural reinante entre as candidatas ao Curso de Enfermagem, para poder impor-se e melhor colaborar na missão que lhe confira seu superior hierárquico.(CARDOSO, 1942, p. 108-109)

Segue o professor na defesa de seu ponto de vista de que apenas o curso primário seria insuficiente para sustentar a formação que se deseja para as enfermeiras, mas também enfatizando as aptidões físicas, psicológicas e culturais razoáveis, a educação geral em nível do quinto ano do primário mas não sendo necessário o curso ginásial completo. Apresenta ainda a idéia de criar um curso pré-enfermeiras que serviria como complemento dos conhecimentos àquelas que desejassem o curso de enfermagem mas contudo não estivessem preparadas suficientemente para acessá-lo. As matérias de português, matemática, geografia do Brasil e geral, história do Brasil, noções de física e química e noções de história natural seriam cursadas gratuitamente por estas candidatas ao tempo que prestariam serviço sob as ordens de alunas-enfermeiras, seguindo então para o exame de seleção e para as provas de sanidade geral e psicológicas que poderiam identificar contra-indicações ao curso. Em sua proposta, a formação geral se daria em 2 anos e as especializações em cursos de 4 meses em

a) obstetro-ginecologia;

- b) cirurgia;
- c) saúde pública (as visitadoras)
- d) clínica médica
- e) oftalmo-otorrinolaringologia;
- f) pediatria e dietética;
- g) alienados.

Reconhece por fim a importância da existência desta e de outras escolas de enfermagem na capital da República.

É importante destacar que a proposta do professor reduz a formação de especialistas em enfermagem de 1 ano para 4 meses, e o entendimento que as visitadoras estavam afeitas à saúde pública, sendo a última especialidade citada a enfermeira de alienados.

O decreto 16.300/23 que regulamentara o Departamento Nacional de Saúde Pública e criou a Escola de Enfermeiras, em seu artigo 401 determina que as quatro primeiras séries constituirão a parte geral do curso e a última será destinada às especializações: enfermagem clínica, enfermagem de saúde pública ou administração hospitalar demonstra o interesse pretérito de dar qualificação aprimorada às enfermeiras já ao final do curso de formação. José Paranhos Fontenelle, médico do Departamento Nacional de Saúde Pública, em artigo de 1925, republicado em livro de 1941³⁷, chamava a atenção para o desenvolvimento da enfermagem nos Estados Unidos onde

via-se surgir um tipo especializado de enfermeira visitadora diplomada: começando com a enfermeira de tuberculose, em 1903, passou-se progressivamente, à enfermeira escolar, à enfermeira de higiene infantil, à enfermeira de doenças venéreas, à enfermeira de higiene mental, à

³⁷ Acervo pessoal do Prof. Dr. Wellington Amorim da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da UNIRIO, gentilmente cedido à pesquisa.

enfermeira industrial, etc (FONTENELLE 1941, p. 27).

Anota ainda que ao conhecer o trabalho da enfermagem canadense convenceu-se da melhor atuação da enfermeira “generalizada” no Serviço de Enfermeiras com atuação em distritos sanitários no Distrito Federal, o que efetivamente veio a se instalar no Brasil com o Serviço de Enfermeiras do DNSP.

Este movimento mostra então a busca da enfermeira especialista desde os primórdios da profissionalização da enfermagem, multiplicadora do trabalho do médico. É possível pensar então que a opção pela inserção imediata no serviço com o curso geral, se por um lado permitiu mais rápidos ganhos deste serviço pela organização sanitária, a falta da especialização gerou outras demandas à profissão como inserir enfermeiras generalistas em serviços que se estruturavam cada vez mais pela lógica da especialização do conhecimento médico.

Sobre a formação majoritariamente prática do curso de visitadoras, parece clara a intenção de consolidar e aprofundar a divisão social e mesmo sexual do trabalho na Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal, ao manter aos profissionais de nível superior (homens) o domínio dos conhecimentos científicos, e por conseguinte o controle do trabalho intelectual; e aos técnicos de nível médio (ou pós-médio - mulheres) as tarefas intermediárias, com dimensões mais manuais do que intelectuais. (RAMOS, 2012). Assim, a formação deste profissional subsidiário à medicina se faz nos campos de prática com pouca instrução teórica.

O ambiente intelectual com o predomínio das idéias eugênicas e do higienismo foi também incorporado pelas enfermeiras. Mai (2004) mostra que a relação da enfermagem com a eugenia não se restringia ao campo da psiquiatria e identificou a permanência da temática da eugenia em publicações da “Revista Brasileira de

Enfermagem” desde seu início em 1932³⁸ até 2002, com maior frequência nas décadas de 1920 e 1930 onde se destacam os textos produzidos por enfermeiras e médicos em defesa da eugenia para livrar o Brasil das taras e degenerações. Esta sintonia entre os discursos produzidos pelos “intelectuais do movimento eugênico do Brasil” e as enfermeiras na Revista Brasileira de Enfermagem foi também identificada por Garcia (1993) em artigos particularmente voltados para a área da saúde pública. Mas em defesa das enfermeiras lembra que elas atuaram de maneira educativa, alinhadas com o estatuto científico e nacionalista destes princípios na época aos quais se lançaram ao trabalho estas “obreiras infatigáveis”.

³⁸ Nomeada inicialmente de Annaes de Enfermagem. Órgão Oficial da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas do Brasil, atual Associação Brasileira de Enfermagem.

CAPÍTULO III

A inserção da visitadora social na Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal:

Espaços de trabalho e atuação profissional

Juntamente com a reorganização da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal, em 10 de janeiro de 1927, o Decreto 5.148 também alterou o quadro de profissionais nomeado pelo Governo para atuação nas instituições psiquiátricas. (BRASIL, 1927b). Para isso, foi sancionado o Decreto 17.805 de 23 de maio do mesmo ano, que aprovava o regulamento para a execução dos serviços a psicopatas no Distrito Federal. Este instrumento contudo é omissivo quanto ao pessoal de enfermagem.

Apenas em 1929, através do Decreto 18.588, de 28 de janeiro, foi aprovado o regulamento da execução do Decreto Legislativo 5.622 de 28 de dezembro de 1928, referente ao aumento dos vencimentos dos funcionários públicos civis da União. Neste, os cargos criados após 1914 foram introduzidos pelo Governo na tabela de pagamento. A partir desse Decreto, as Visitadoras Sociais foram incluídas na tabela de funcionários referente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como Monitoras de Higiene Mental. De acordo com Riedel (1928), as visitadoras sociais eram denominadas como monitoras de higiene mental pelos serviços especializados.

O estudo da legislação mostrou a presença de monitoras de higiene mental na Colônia desde 1924, na folha de pessoal da União apenas um ano após a criação da LBHM, e substituição dessas por visitadoras sociais em 1929, conforme mostra o

fragmento a seguir:

Exonerados (...) Cybelli Soares Leite, Cenilia Lopes Mendes e Isaltina Santos, enfermeiras, e Benedicta Del Masso, Maria Ramos de Oliveira e Antonietta Bowen, monitoras de higiene mental do Ambulatório da Colonia de Psychopathas Mulheres, e nomeads como contractadas para esses logares, repectivamente, Lucia Pantoja Costa, Ismênia Gomes Carneiro Pinto e Paula Campos Martins enfermeiras, e **Maria Annita de Albuquerque, Helena Bukler e Maria Geralda de Barros**, monitoras de higiene mental. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – 29 DE MARÇO DE 1929) Grifos nossos.

Tem-se aí mais um indício que a monitora de higiene mental foi uma demanda dos psiquiatras no afã de aumentar seu raio de cobertura e influência fora dos muros da colônia ou do hospital psiquiátrico, valendo-se de enfermeiras no primeiro momento, até a capacitação das visitadoras sociais que viriam a substituir as primeiras, imediatamente após a formatura das primeiras visitadoras. As enfermeiras que sucederam as exoneradas foram as visitadoras, Maria Geralda de Barros, oriunda da primeira turma, 1927; Maria Annita de Albuquerque e Helena Bukler que realizaram o curso no ano de 1928. Esta cronologia pode ser sintetizada no quadro III

Quadro III: Cronologia de inserção da Enfermeira Visitadora Social na Assistência à Psicopatas do Distrito Federal

Ano	Circunstância	Inserção da Enfermeira Visitadora Social
1923	Criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM)	Ainda não havia ocorrido
1924	Monitora de Higiene Mental inserida na folha de pagamento da Assistência à Psicopatas no Ambulatório Rivadávia Corrêa e Pavilhão Eptácio.	Ainda não havia corrido – As monitoras de higiene mental desse ano eram enfermeiras diplomadas pela EPEE.
1927	Decreto 5.148-A: Reforma da Assistência a Psicopatas Decreto promulgado em janeiro	Ainda não havia ocorrido
1927	Decreto 17.805 em maio: Aprovação da reforma da Assistência a Psicopatas; Reforma da EPEE e criação do Curso de Enfermeiras Visitadoras Sociais.	Ainda não havia ocorrido
1929	Substituição das antigas monitoras de higiene mental pelas visitadoras sociais especialistas da EPEE.	Momento em que a Enfermeira Visitadora Social começa a atuar na Assistência em substituição às enfermeiras.

Fonte: Instrumento de pesquisa

O curso foi criado como uma espécie de aperfeiçoamento, sendo este destinado ao preparo de visitadoras sociais e esperava-se que com este curso, a profissão da enfermeira atingisse melhor a finalidade dela no meio coletivo, atuando como um instrumento de compensação da ordem moral (NEVES, 1929). De certa forma o curso também responderia às críticas de alguns psiquiatras de que a escola de enfermagem, apesar dos esforços envidados até então, não fornecia preparação específica para a psiquiatria.

Com o início do Governo Constitucional de Vargas, em 1934, notou-se a urgência para a reorganização administrativa do Estado, incluindo a correspondente à função dos servidores, visto que o modelo vigente acarretava prejuízos à Nação. Porém, a razão mais profunda para o reajustamento funcional dos servidores foi retirar da classe política o poder de indicação de pessoal, sendo uma forma de preparar os alicerces para as reformas posteriores em vista ao fortalecimento do Governo Vargas (AMORIM e BARREIRA, 2006).

Esse reajuste agrupou as carreiras existentes em quadros de funcionários, com uma escala única de vencimentos. A tática do governo de acirrar o controle e a centralização das ações e serviços em nível de Ministérios, teve como alvo estratégico o campo da Educação e Saúde, aumentando a abrangência e influência em todas as regiões do país. As carreiras do serviço público federal foram distribuídas em ordem alfabética inversa em preparo, prestígio e remuneração, cabendo ao presidente da república a letra “Z” e assim sucessivamente. O cargo de enfermeiro foi segregado em cinco níveis de classificação, de F à J, onde foram enquadradas as enfermeiras lotadas na Divisão de Enfermagem de Saúde Pública e a Escola Ana Nery, desde 1931, Escola Padrão para fins de equiparação (AMORIM e BARREIRA, 2006).

As demais denominações atribuídas ao pessoal de enfermagem, foram agrupadas sob a denominação de atendentes, correspondendo às classificações C, D, E e F. A classificação que possuía o nível mais elevado era a de letra F, seguida da E, D e C. O estudo citado mostra que 6 enfermeiras monitoras de Higiene Mental foram classificadas como atendentes classe C no Ambulatório Rivadávia Correa, na Colônia Gustavo Riedel (Engenho de Dentro), em franco desprestígio perante outras enfermeiras no serviço psiquiátrico do Distrito Federal³⁹ e mais ainda em relação às enfermeiras de Saúde Pública.

Possivelmente pesou na classificação das enfermeiras da Assistência Psiquiátrica a não equiparação da Escola de Enfermagem à Escola Oficial Padrão até aquele momento⁴⁰.

Vale dizer que apesar da inserção pouco prestigiada no serviço público do Distrito Federal, o número de formadas no curso de visitadoras não mostrou queda, como mostra o Livro de Registro de Expedição de Diplomas da Escola no quadro IV

³⁹ Sob tutela do Ministério da Educação e Saúde, órgão ao qual foram subordinadas a partir do Decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930.

⁴⁰ Somente em 1942 ocorreriam as primeiras equiparações, obtidas pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas (Belo Horizonte), a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo (São Paulo) e a Escola de Enfermeiras Luiza de Marillac (Rio de Janeiro), todas ligadas à congregações católicas. (SILVA JUNIOR, 2000).

Quadro IV - Distribuição de visitadoras formadas por ano (1928-1942)

Ano de formatura	Número de Formadas
1928	9
1929	4
1930	5
1931	3
1932	5
1933	6
1934	3
1935	4
1936	5
1937	7
1938	12
1939	10
1940	10
1941	9
1942	10
TOTAL	102

Fonte: Livro de Expedição de Diplomas da Escola de Enfermagem.

O aumento verificado no número de visitadoras formadas mostra que a especialização, mesmo com desfavorável inserção no serviço público, ainda era considerada valiosa para as enfermeiras oriundas da Escola Profissional de Enfermeiros e se manteve pouco atraente às enfermeiras oriundas de outras escolas.

A criação do curso de especialização em Visitadoras Sociais para enfermeiras foi saudada pelos psiquiatras líderes da modernização da assistência aos psicopatas como o melhor preparo da enfermeira, tornada agente que poderia contribuir para a

ampliação do raio de ação da psiquiatria além de apoiar os médicos nos serviços dos dispensários (ambulatórios) assumindo o papel da educadora na saúde e provedora de assistência social.

É relevante registrar que enquanto a Escola de Enfermagem Anna Nery permanecia afastada das atividades no campo da psiquiatria, a Revista Annaes de Enfermagem, órgão oficial de divulgação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras⁴¹, controlada pelas “ananéris”, abriu espaço ao doutor Plínio Olinto, psiquiatra, chefe do serviço de profilaxia das doenças mentais e nervosas da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro e professor da EPEE para no artigo "Aptidões e deveres da Enfermeira de Hygiene Mental", em dezembro de 1933⁴² assim manifestar-se sobre as características e os limites entre a visitadora social, a monitora de hygiene mental e a enfermeira, definidos por suas ações e ambientes em que atuaria:

A enfermeira de hygiene mental que traz o paciente devidamente fichado ao consultório de psychiatra, assiste ao exame e o acompanha á sahida, fornecendo-lhe as ultimas instrucções sobre o remedio e o regimen a seguir, esboçando assim as suas funcções de conselheira que se definem na funcção de visitadora.

Aquí e que surge a monitora de hygiene mental.

Na pratica domiciliar a enfermeira se transforma em visitadora.

Visitando o seu doente ou a família delle, a monitora esta menos expansiva, mais discreta, mais severa.

Tomando suas notas para a ficha familiar, observa o meio em que vive o doente e verifica até que ponto a convivência lhe será favoravel ou prejudicial.

Fornece instrucções sobre hygiene mental.

Procura captar a confiança do paciente e das pessoas que o cercam.

Não lhes applicará nenhum medicamento, a não ser por prescripção do medico.

Sua visita deve ser curta, sem intimidade, conservando-se de pé e não aceitando nenhum favor.

Na pratica hospitalar a monitora volta a ser enfermeira (OLINTO, 1933).

⁴¹ Atualmente Revista Brasileira de Enfermagem e Associação Brasileira de Enfermagem.

⁴² A versão consultada foi o *fac-simile* publicado com apresentação de ALMEIDA FILHO; PORTO e LOURENCO, 2006.

É importante apontar que o serviço social como categoria de trabalho vem surgindo desde o início do século XX, primeiramente ligado a grupos religiosos católicos como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas (1923) em São Paulo mas estas duas iniciativas se mostram menos caritativas tradicionais (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993). É a partir do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo que se vai demandar uma “formação técnica especializada para a prestação de assistência”. (Ibid, p.172) que ao se aproximar das demandas do estado de São Paulo funda a Escola de Serviço Social em 1936.

No Rio de Janeiro, o Curso de Preparação em Trabalho Social foi instituído em 1940 na Escola de Enfermagem Anna Nery (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993, p.185). Aperibense e Barreira (2008) afirmam que a criação do Curso de Serviço Social na Escola de Enfermagem Anna Nery se deu em 1937 no movimento de incorporação desta à Universidade do Brasil como instituição complementar de ensino, juntamente com o Collegio Universitário, destinado ao ensino secundário. As autoras apontam ainda a divulgação de discursos que indicam “a inexistência de fronteiras entre as funções da enfermeira visitadora e da assistente social” (2008, p. 480).

Os Anais da Assistência a Psicopatas de 1941 registram que o Serviço de Assistência Social foi sempre exercido por um psiquiatra conforme as determinações do regulamento de 1927 e também as dificuldades do serviço como a falta de dotação orçamentária em 1940.

O doutor Alfredo Neves⁴³, um dos entusiastas da formação e absorção das

⁴³ Chefe do Serviço de Pediatria no Ambulatório Rivadávia Correa da Colônia de Psychopathas do Engenho de Dentro e professor de puericultura do curso de Visitadoras Sociais.

enfermeiras visitadoras sociais, descreve em 1929, o preparo e a missão desta na coletividade. O texto é farto em termos como missão, desvelo carinhoso, abnegação, nobreza, bondade e troca dos “encantos da vida de risos e prazeres mundanos pela de assistência moral e material aos desventurados da saúde” como inerentes ao trabalho da enfermeira e sua “alta missão na collectividade” (NEVES, 1929, p. 63) e, apresenta a seguir as formas de inserção da visitadora social em atividades da assistência aos psicopatas como monitoras de higiene mental, enfermeira de puericultura ou escolar, enfermagem industrial ou a profilaxia dos males sociais, mantendo-se sempre como visitadoras.

Como monitoras de higiene mental, as visitadoras faziam a ligação entre os serviços abertos e ambulatoriais de psicopatas, os serviços de internação e os domicílios, desenvolvendo atividades educativas e particularmente nos últimos “sobre o pretexto de interessar-se pelas suas melhoras, mas com o intuito de observar o meio em que vivem, apurando informações sobre seus antecedentes familiares e pessoas.” (NEVES, 1929, p. 65). Afirma o autor que esta modalidade de assistência estava sendo ensaiada com êxito na Colônia de Psicopatas (mulheres) do Engenho de Dentro onde vários serviços especializados eram campos de aprendizagem freqüentados assiduamente pelas alunas da Escola Alfredo Pinto.

Para o campo da puericultura, além de envolver-se com o acompanhamento das gestações, parto e orientações às mães no cuidado com os lactentes, deveria a visitadora desta área induzir a mãe ao consultório de higiene infantil com suas impressões sobre a sanidade dos indivíduos à repartição responsável.

A culminância do papel de visitadora para o Dr. Neves estava sobretudo na missão de monitora escolar onde poderia melhor servir ao futuro da nacionalidade. As

que possuísem conhecimentos pedagógicos, em atividades nos departamentos de instrução estariam encarregadas de, em contato com os professores, verificar o aproveitamento nas aulas e o estado de saúde dos discípulos com encaminhamentos aos serviços médico, visitas domiciliares e suas sindicâncias como auxiliar do médico escolar. Assim, deixando a visitadora em parte sua função de enfermeira, para tornar-se uma colaboradora do magistério... “num rasgo altruístico de fraternidade humana, a sua nobre missão social” (NEVES, 1929, p. 69).

A preocupação do professor em disponibilizar o trabalho das visitadoras às crianças está perfeitamente alinhado ao interesse pela infância identificado por Camara (2010 p. 168) que se materializou em 1922, no I Congresso de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro, juntamente como III Congresso Americano da Criança, atividades integrantes das comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Arquitetado pelo Departamento da Criança do Brasil e presidido pelo médico Arthur Moncorvo Filho, o evento foi uma plataforma de articulação do campos médico, pedagógico e social para a higiene escolar com traços dos princípios da eugenia e sua aplicação. Ao que parece, a visitadora social, previamente capacitada como enfermeira e imbuída dos princípios do higienismo e eugenia caberia perfeitamente neste conjunto de idéias e ações acalentadas pelos pediatras já há alguns anos.

Vale destacar o papel importante que a assistência à infância tomou nos anos 1930 da qual o mais emblemático é a criação do Departamento Nacional da Criança. São também desta década, a inauguração do Hospital Jesus (infantil) pela Prefeitura do Distrito Federal⁴⁴ e o funcionamento do Laboratório de Biologia Infantil, como

⁴⁴ Inclusive com grande absorção de pessoal de enfermagem oriundo da EEAP. Ver MENEZES *et al* (2010).

serviço auxiliar do Juizado de Menores do Rio de Janeiro, ambos de 1935. SILVA (2011).

Por fim, como visitadoras industriais ou assistentes de profilaxia dos males sociais, “provavelmente pertencentes ao quadro de saúde pública”, poucos detalhes o texto fornece, além de exaltar o preparo básico que a escola ministrava.

Deseja o autor que o preparo de visitadoras avançasse e que se chegasse à situação uma visitadora para um núcleo de cem ou duzentas habitações para que com ações **preventivas e repressivas**⁴⁵, a organização sanitária pudesse auferir resultado muito maior. Reconhece entretanto que muito havia ainda de se fazer.

Em defesa da “arte especial” de dar cuidados aos alienados de que falava Juliano Moreira, utilizada como epígrafe para o seu texto *Enfermeiros de Insanos* (1941), o Dr. Mario M. dos Reis, advoga em favor do preparo técnico para “auxiliar o médico” para o trabalho em torno do leito dos doentes e para a propaganda e ensino das boas regras de higiene, onde quer que elas se devam aplicar. Dado crescimento da medicina, indica o autor a conveniência das especializações para a enfermagem e ressen-te-se da falta de conteúdos de enfermagem neuro-psiquiátrica no curso fundamental da Escola “Alfredo Pinto”, em reforço à proclamação feita em 1936 pelo então Diretor da Colônia “Gustavo Riedel”, falhando então, em sua apreciação, a escola em preparar enfermeiros para atuação na clínica neuro-psiquiátrica e no despertar dos enfermeiros para a especialidade.

Sobre a inserção no quadro de funcionários da Assistência a Psicopatas, o Dr. Reis critica a “anomalia” de figurarem os enfermeiros sob a denominação de atendentes juntamente com os guardas. Sendo os últimos mais ou menos incultos, tendendo ao desaparecimento dos manicômios e os primeiros mais ou menos cultos e

⁴⁵ Grifo nosso.

cada vez mais necessários aos serviços de assistência aos doentes neuro-mentais, “sem sombra de dúvida, o mais árduo e mais difícil dos ramos da enfermagem” (REIS, 1941, p. 134), conclui.

A propósito de verificar as atividades desempenhadas pelas visitadoras a presente investigação teve sucesso relativo pois só foram identificados “Dois inquéritos do Serviço Médico-Social da Colônia Gustavo Riedel”, publicados em 1942 nos Anais da Colônia Gustavo Riedel, tempo em que o serviço de visitadoras sociais contava apenas duas funcionárias, Odete Marques de Almeida e Atanira Sales, autoras respectivamente de “Em torno de um caso de epilepsia” e de “Em torno de um caso de alcoolismo crônico” onde aplicaram “todos os itens das fichas ou formulários psiquiátricos-sociais, e cujo valor é sobretudo didático... exemplares de inquéritos sintéticos, particularmente expressivos” (ANAIS DA COLÔNIA GUSTAVO RIEDEL, 1942, p. 217).

No primeiro caso, a visitadora descreve a situação penosa em que encontrou um doente epilético e sua família de 5 filhos “subnutridos, desalentados e maltrapilhos” e esposa tuberculosa em habitação muito precária com falta absoluta de higiene. Relata que com sua intervenção junto ao ambulatório de doenças nervosas e mentais, dois anos depois a situação da família permitia antever “uma aurora de felicidade e de bem estar” aos que pouco tempo estavam expostos “à mais negra miséria”. (ANAIS DA COLÔNIA GUSTAVO RIEDEL, 1942, p. 218)

Em torno de um caso de alcoolismo crônico, a visitadora havia concorrido para a internação de MD⁴⁶, “mulher franzina, cuja cor parda mal dissimula os estragos” causados pelo álcool, moradora do Meyer, freqüentadora do Serviço Aberto da Colônia. As tentativas de internação em estabelecimento adequado foi postergada

⁴⁶ Nome da cliente mantido em sigilo na publicação original.

por falta de vaga comunicada pelo Serviço de Fiscalização e Repressão à Mendicância e a Menores Abandonados, contudo quando a internação foi possível, a infeliz ébria percebeu a movimentação e evadiu-se de casa, frustrando o trabalho da visitadora.

Estes relatos, escolhidos e publicados mostram um pouco da dinâmica do trabalho das visitadoras no serviço da Colônia. Neles, além dos aspectos assistenciais e administrativos, dois pontos merecem atenção: a citação nas primeiras linhas do artigo de que as visitadoras, autoras dos relatos serem esposas de médico e de juiz de direito, o que segundo as mesmas indicam as possibilidades da ação social das duas. E ainda o fato de contar o Serviço de Visitadoras em 1942 com apenas duas enfermeiras visitadoras sociais, as próprias.

É importante neste ponto trazer ao debate que nos anos 1940, os sanitaristas ainda ocupavam as melhores posições nos Ministério da Educação e Saúde e a Escola de Enfermagem Anna Nery, inserida na Universidade do Brasil, ostentava o título de Escola Oficial Padrão para fins de equiparação das demais escolas de enfermagem do Brasil. Contudo, esta posição vinha sendo questionada e crescia a demanda por uma lei do ensino de enfermagem mais apropriada a nova conjuntura social. Entre as questões mais importantes para a enfermagem estavam a carência de enfermeiras e de escolas de enfermagem no país, a consolidação da enfermagem em nível superior e as discussões sobre a possível divisão da profissão em categorias de enfermeira e auxiliar de enfermagem.⁴⁷

Mesmo se aproximando de uma abordagem mais coletiva e de não hospitalização a Escola Alfredo Pinto dirigida pelos psiquiatras não logrou êxito no seu curso de especialização pois além do fato de formar poucas especialistas, ao longo

⁴⁷ A este respeito ver o estudo de SANTOS *et al* (2002) Circunstâncias de oficialização do curso de auxiliar de enfermagem no Brasil: estudando as entrelinhas da lei 775/49.

de sua existência de 15 anos, este título não garantiu as melhores posições para a enfermeira visitadora social, incorporada como atendente em classes inferiores do funcionalismo do Ministério da Educação e Saúde.

É importante destacar que mesmo inserindo-se no mundo público com formação avançada para a época, conquistando o *status* de especialistas as visitadoras não puderam manter as atividades do serviço social que logo se estruturava como carreira independente da enfermagem.

É visível que a atuação das enfermeiras visitadoras conservava o sistema tradicional de gênero nas relações do saber-poder entre homens e mulheres/médicos e enfermeiras e de classe, contribuindo para o cultivo e disseminação da ordem do Estado higiênico às classes menos favorecidas economicamente.

Uma nova reforma da Escola de Enfermagem em 1942 reunificou as sessões escolares, no *campus* da Praia Vermelha e levou à direção pela primeira vez na antiga Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras renomeada de Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto, uma enfermeira, a professora Maria de Castro Pamphiro, ex-aluna pioneira da Escola de Enfermagem Anna Nery e o encerramento do curso de Especialização em Visitadoras Sociais, substituído pelo Curso de Especialização em Serviços Psiquiátricos para Enfermeiros Diplomados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças na compreensão da natureza e das intervenções possíveis para a doença mental no conjunto das interpretações científicas, higienistas, eugênicas, o aumento do prestígio e domínio do campo social pelos médicos e psiquiatras progressivamente ao longo do final do século XIX desaguaram na nova estrutura da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal regulamentada em 1927. Neste sentido, a atuação de um profissional auxiliar que pudesse ampliar o campo de ação da psiquiatria demandou a capacitação das enfermeiras em visitadoras sociais através de um curso de especialização promovido na seções feminina e mista da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

A exclusividade ao gênero feminino neste curso, confirma a idéia original dos criadores da Escola, consoante com a idéia das características naturais femininas que melhor as habilita para esta profissão e com mais forte razão para o refinamento desta formação em caráter de especialização. Os psiquiatras resguardaram para si a formação da enfermagem por eles desejadas, em andamento claudicante desde o final do século XIX mas que tomou impulso nos anos 1920, mais fortemente na seção feminina.

A origem da totalidade das enfermeiras que especializaram em visitadoras sociais foi a própria Escola Profissional de Enfermeiros, o que indica as dificuldades de recrutamento das enfermeiras oriundas de outras escolas para a área da psiquiatria, campo que desde os primórdios, a enfermagem moderna esteve afastada.

Visando atingir os domicílios, os hospitais, as escolas e as indústrias, o curso ao longo dos seus quinze anos de funcionamento capacitou cerca de uma centena de enfermeiras, mulheres jovens brasileiras, solteiras que para tal atenderam aos requisitos da alfabetização, do gozo de boa saúde e vacinação, do bom desempenho durante o curso de enfermeiras, das boas referências atestadas em cartas de recomendações expedidas por pessoas consideradas idôneas como padres, professores primários, delegados de polícia que constam nos seus dossiês. Um ponto em particular chamou a atenção da pesquisa mais ainda não pode ser elucidado: num contexto de evidente desconforto dos mais aguerridos aos princípios eugênicos com a miscigenação, sendo a sede da Liga Brasileira de Higiene Mental a própria colônia do Engenho de Dentro que também abrigava a seção feminina da Escola onde se realizava o curso, a omissão do dado “cor da pele” nas fichas de inscrição ao curso (60%) e apenas a existência de uma enfermeira autorreferida como preta pode dizer da maior dificuldade das mulheres não brancas de acessarem a este nível de formação ou ainda ser um indício da exclusão destas para o nível mais elevado oferecido pela Escola.

O Estudo mostrou a incidência de temas ligados às correntes do higienismo e da eugenia nas cadeiras do Curso de Visitadoras Sociais, o que de fato implica da conclusão de que as enfermeiras visitadoras sociais foram influenciadas por tais correntes. Nas cadeiras (matérias) do curso de visitadoras abordavam-se vertentes relacionadas ao higienismo e à eugenia, tanto nas aulas teóricas quanto nas atividades práticas. Além disso, as alunas também eram preparadas para levar estes conhecimentos ao atuarem junto à população. O subtópico “meios de propaganda em hygiene social” é um exemplo relevante deste interesse, ou seja, as enfermeiras, no

final do curso, deviam estar bem sintonizadas com os fundamentos higienistas e eugênicos para realizarem seu trabalho de visitação social utilizando-se dos meios mais adequados para a propaganda como imagens impressas.

Ainda que timidamente, a partir do século XX a educação feminina passou a ser vista como um instrumento de superação das desigualdades entre os sexos e ainda que em atividades “tipicamente femininas”, o acesso às profissões nas cidades inseriu as mulheres no mundo público em busca de melhores posições na sociedade, sendo a enfermagem uma destas possibilidades.

A formação escolar da enfermagem brasileira tem na década de 1920 um momento especial de surgimento e modificações nas propostas de profissionalização e de atividades para a enfermeira. A reforma da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, e a abertura da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública marcam este momento.

A psiquiatria nos anos 1920 sofreu mudanças importantes e os psiquiatras, passaram a investir na prevenção, detecção e tratamento precoces das doenças mentais, muito influenciados pelo higienismo e pela eugenia da época. Neste sentido passaram a demandar formação específica de profissionais que lhes ajudariam a ampliar o raio de ação até os domicílios, escolas, fábricas etc. Assim, foi criada a visitadora social, previamente capacitada como enfermeira, que poderia ser para estes, o que era a enfermeira de saúde pública representava para os sanitaristas.

O universo ideológico e científico de formação desta agente é claramente marcado pelas questões de gênero que acompanha a formação de enfermeiras desde o início do seu processo de laicização e profissionalização: a criação de uma profissão para mulheres, com menor formação escolar e forte conteúdo moralizante e

secundária ao médico.

Apesar de ter sido saudada como grande avanço no trabalho da higiene mental de prevenir as “taras sociais” e contribuir para fazer do Brasil uma nação saudável e forte, a inserção das visitadoras sociais nos quadros funcionais da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal foi desfavorável, contudo isso não diminuiu a demanda pelo curso.

As fontes documentais e base teórica utilizadas mostraram-se adequadas e a hipótese do estudo de que o curso foi parte das estratégias dos psiquiatras para propagar os princípios do higienismo mental através da atuação das enfermeiras visitadoras sociais foi confirmada e mais ainda a pesquisa permitiu ver o engajamento das enfermeiras em busca de maior formação e embasamento científico possível à época para a atuação da enfermagem.

O contexto social e político do início dos anos 1940 e uma nova reforma da Escola de Enfermagem levaram ao encerramento do curso em 1942, substituído pelo Curso de Especialização em Serviços Psiquiátricos para Enfermeiros Diplomados com a Escola pela primeira vez dirigida por uma enfermeira. O uso do termo enfermeiros no masculino plural indica a possibilidade de absorção do gênero masculino no novo curso... mas isso já é outra história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Antonio José; PORTO, Fernando Rocha; LOURENCO, Lúcia Helena Silva Corrêa. **Apresentação**. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000400002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 30 jul. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452006000400002>.

AMORIM, Wellington e BARREIRA, Ieda de A. **A missão de Maria de Castro Pamphiro na primeira escola de enfermagem brasileira (1937-1949)**. In PORTO, F. e AMORIM, W. (Orgs.) História da enfermagem brasileira: lutas, ritos e emblemas. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2007.

AMORIM, Wellington e BARREIRA, Ieda de A. **As repercussões da reforma do serviço público federal na Escola Profissional da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal, 1936/1938**. Enfermagem Brasil n.5 (4) julho/agosto, 2006.

APERIBENSE, Pacita Geovana Gama de Sousa; BARREIRA, Ieda de Alencar. **Nexos entre Enfermagem, Nutrição e Serviço Social, profissões femininas pioneiras na área da Saúde**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 42, n. 3, set. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 17 maio 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342008000300009>.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. **Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940**. Cad. Pagu, Campinas, n. 27, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 02 ago. 2010.

BARROS, J. A. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BONATO, Nailda M. da C. **A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, S.P., 2003.

BONATO, Nailda M. da C. **Feminização do magistério: contribuições da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – 1922**. Trabalho apresentado no GT: História da Educação, 2007. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-3437--Int.pdf> > Acessado em: 15 de maio de 2012.

BONATO, Nailda M. da C. **O fundo Federação Brasileira pelo Progresso**

Feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. Acervo: revista do Arquivo Nacional. V. 18, n. 1-2 (jan./dez. 2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 131-146.

BORDENAVE, J. E. D. Texto traduzido e adaptado do artigo **‘La transferencia de tecnología apropiada al pequeño agricultor’** (Bordenave, J.E.D., Revista Interamericana de Educación de Adultos, v. 3, n. 1-2 – PRDE-OEA) por Maria Thereza Grandi, OPAS, Brasília, 1983. Disponível em <http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos_apoio/pub06CPT1.pdf> Acessado em: 06 de abril de 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócio Interiores. **Portaria de 01 de setembro de 1921** (publicada no D.O. de 01/09/1921). Regimento Interno da Escola Profissional de Enfermeiras da Assistência a Alienados.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 4.778 de 27 de dezembro de 1923. **Considera de utilidade publica a Liga Brasileira de Hygiene Mental, com sede nesta Capital.** Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=30993&norma=46589>>. Acessado em: 18 de maio de 2012.

BRASIL. Decreto 16.300, de 31 de dezembro de 1923. **Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública.** In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. p. 57-66.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.778. **Estatutos da Liga Brasileira de Higiene Mental. Capítulo I: denominação, organização, sede e fins da Liga.** Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 223-234, 1925.

BRASIL. Decreto nº 5148-A de 10 de janeiro de 1927a. **Reorganiza a Assistência a Psychopathas no Districto Federal.** Coleções das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

BRASIL. Decreto n. 17.805, de 23 de maio de 1927b. **Aprova o regulamento para execução dos serviços da Assistencia a Psychopathas no Districto Federal.** Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1927, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1928, Volume II de janeiro a dezembro de 1927, Actos do Poder Executivo, p. 198.

BRASIL. Decreto nº 18.588 de 28 de janeiro de 1929. **Aprova o Regulamento da execução do Decreto Legislativo n. 5622, de 28 de dezembro de 1928.** Coleções das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

BRASIL. Decreto 19.444 de 1 de dezembro de 1930. **Dispõe sobre os serviços que**

ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências. Coleções das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº. 20.109, de 16 de junho de 1931. **Dispõe sobre a regulamentação da profissão de enfermeira no Brasil.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=36500>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

BRASIL. **Anexo da lei 284 de 28 de outubro de 1936** – Coleções das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil (segunda parte) – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Relatórios dos Serviços Federais de Saúde. Departamento Nacional de Saúde. Rio de Janeiro (DF):** Ministério da Educação e Saúde Pública; 1937.

BRASIL. Decreto n. 4.725, de 22 de setembro de 1942. **Reorganiza a Escola Profissional de Enfermeiros criada pelo decreto n. 791, de 27 de setembro de 1890, e dá outras providências.** Coleção das Leis de 1942, Imprensa Nacional 1942, Volume V de julho a setembro de 1942, Atos do Poder Executivo, p. 292.

BRASIL. Decreto n. 10.472, de 22 de setembro de 1942. **Aprova o regulamento da Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto.** Coleção das Leis de 1942, Imprensa Nacional 1942, Volume VI de julho a setembro de 1942, Atos do Poder Executivo, p. 544.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. **Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Disponível em http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm. Acessado em: 05 de abril de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica, 2009.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acessado em: 17 de maio de 2012.

CALMON, P. **O palácio da Praia Vermelha (1852-1952).** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920.** Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. **Trabalho e higiene mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil.** Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, June 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000200007&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 05 de março de 2012.

CAVALCANTI, R. L.; SILVA JUNIOR, O. C. da. **Características das Enfermeiras Concluintes do Curso de Especialização em Visitadoras Sociais na Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto (1928-1943)**. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental online, v. 2, Ed. Supl. 423 – 425, out/dez.2010. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1022/pdf_168>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso. **Gênero, saúde e enfermagem**. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 58, n. 3, jun. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000300018&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 20 julho de 2010.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, N. R. **Estado, educação e saúde: a higiene da vida cotidiana**. Caderno CEDES 4 Educação e Saúde. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez Editora 1984. p. 5-27.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: Lopes, E.M.T. *et al.* 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ESPÍRITO SANTO T. B. do. **Enfermeiras francesas na capital do Brasil: 1890-1895**. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7131/tde-20122007-100254/pt-br.php>. Acessado em: 22 de julho de 2010.

FERNANDES, S. M. *et al.* **As carreiras de professora primária e de enfermeira no Brasil**. Anais do 7º Pesquisando em Enfermagem; 3ª Jornada de História da Enfermagem Brasileira. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**: 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GARCIA, Telma Ribeiro. **Eugenia! In hoc signo vinces: um aspecto do discurso sanitário da enfermagem, 1932 a 1938**. Rev. bras. enferm. 46(3/4):189-198, jul.-dez. 1993.

GONDRA, José G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GUALTIERI, Regina C. E. **Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênicos e educacional no Brasil**. Estudos de Sociologia, v. 13, n.25, p.91-110. Araraquara – SP., 2008.

HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)**. In: Educar, Curitiba, n. 25, 2005. Editora UFPR. Disponível em <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/download/2242/1874>

IAMAMOTO Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 9 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1993.

KIRSCHBAUN, Débora Isane Ratner. **Análise histórica das práticas de enfermagem no campo da assistência psiquiátrica no Brasil, no período compreendido entre as décadas de 20 e 50**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 5, n. spe, maio 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691997000500003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 16 de abril de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11691997000500003>.

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 314-351. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/viewFile/9650/5521>>. Acessado em: 12 de junho de 2012.

LUZ, M. T. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)** – Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MAI, Lílían D. **Análise da produção do conhecimento em eugenia na Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn, 1932 a 2002**. Tese (doutorado) apresentada ao Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor. Ribeirão Preto, 2004.

MENEZES, Andréia N de S. *et al.* **Hospital Jesus (1935-1938)**. In PORTO, Fernando e AMORIM, Wellington M. de. (Orgs.). **História da enfermagem: identidade, profissionalização e símbolos**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2010.

MIRANDA, Cristina L. **O parentesco imaginário: história e representação social da loucura nas relações do espaço asilar**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

MOREIRA, A. A origem da enfermagem brasileira. In GEOVANINI, T. *et al.* **História da enfermagem: versões e interpretações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

NIGHTINGALE, Florence. **Notas sobre enfermagem: o que é e o que não é**. São Paulo: Cortez, 1989.

NUNES, Clarisse. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. In BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PARSONS, E. **A enfermagem moderna no Brasil [1927]** Escola de Enfermagem Anna Nery – Rev. de Enfermagem – ano I – n. de lançamento – julho, 1997.

PERES, Maria A. de A. e BARREIRA, I. de A. **As irmãs de caridade nos hospitais da capital do império na segunda metade do séc. XIX.** Disponível em <<http://www.pesquisando.eean.ufrj.br/viewabstract.php?id=116&cf=1>>. Consultado em 18 de julho de 2010.

PERROT, M. **Minha história das mulheres.** – São Paulo: Contexto, 2007.

Porto, Fernando. **Os Ritos Institucionais e a Imagem Pública da Enfermeira Brasileira na Imprensa Ilustrada: O Poder Simbólico no *Click* Fotográfico (1919-1925).** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery. 2007.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

RAMOS, Marise. **Educação pelo trabalho: possibilidades, limites e perspectivas da formação profissional.** Saude soc., São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000600008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 23 de abril de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000600008>.

ROCHA, Simone. **A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933.** Disponível em <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq13/11%20a_educacao_cp13.pdf>. Consultado em: 01 de junho de 2012.

RODHUS, Cilei, C. (relatora). Sub-Área: **Enfermagem. Pós-Graduação em Enfermagem.** Avaliação e perspectiva. Vol V. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Brasília, 1978.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROQUETTE-PINTO, E. **Ensaio de antropologia brasileira.** 3 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SAFIOTTI, Heleith, I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis, Vozes, 1979.

SANTOS, Regina Maria dos *et al.* **Circunstâncias de oficialização do curso de auxiliar de enfermagem no Brasil: estudando as entrelinhas da Lei 775/49.** Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 10, n. 4, jul. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000400014&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 17 de abril de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692002000400014>.

SANTOS, Ricardo A. dos. **Pau que nasce torto nunca se endireita! E quem é bom já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do higienismo em Renato Kehl. (1917-37).** Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2008. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SANTOS_Ricardo_Augusto_dos-S> Acessado em: 10 de janeiro de 2012.

SAUTHIER, J. e BARREIRA, I. de A. **As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil: 1921-1931.** Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Ana Nery / UFRJ, 1999.

SCHNEIDER, Eduarda Maria e MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. **A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930.** IX ANPED SUL 2012. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Disponível em <<http://www.ufrj.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/963/59>>. Acessado em: 12 de julho de 2012.

SCHNEIDER, Omar e FERREIRA NETO Amarílio. **Intelectuais, educação e educação física. um olhar historiográfico sobre saúde e escolarização no Brasil.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 27, n. 3, p. 73-92, maio 2006. Disponível em <www.rbceonline.org.br>. Acessado em: 05 de abril de 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.225-242.

SCOTT, Joan. (1991), **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** (Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife, SOS Corpo. (sd) disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>. Consultado em: 29 de agosto de 2011.

SENA, A. R. M. F. de. **Aspectos étnicos na configuração da enfermagem moderna no Rio de Janeiro nos anos 20 e 30.** Rio de Janeiro;1999. 118 p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ.

SENA, *et al.* **Moça de boa família como figura-tipo de candidata a enfermeira na década de 20.** Rio de Janeiro. Rev. Enferm. UERJ. 1998.

SILVA JUNIOR, Osnir Claudiano da. **PAN - Padrão Anna Nery: A Instituição da Identidade Profissional da Enfermeira no Brasil. 2000.** Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

SILVA JUNIOR, Osnir Claudiano da. Pesquisa documental. In: OGUISSO, T.; CAMPOS, P.F.S; FREITAS, G.F. (Org). **Pesquisa em História da Enfermagem.** São Paulo: Manole, 2011. p. 339-362.

SILVA, Renato da. **O Laboratório de Biologia Infantil, 1935-1941: da medicina legal à assistência social**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 17 maio 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000400009>.

SOUZA, Milena Luckesi de; BOARINI, Maria Lucia. **A deficiência mental na concepção da liga brasileira de higiene mental**. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 14, n. 2, ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 17 maio 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382008000200009>.

STEFANO, Waldir. **Octavio Domingues e a eugenia no Brasil: uma perspectiva “mendeliana”**. 87 p. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Belisário Penna: notas fotobiográficas**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, ago. 2002. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 junho de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702002000200008>.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. Seminário Nacional Mulher e Literatura. Ilhéus, Bahia. 09 a 11 de outubro de 2007. **Júlia Lopes de Almeida: uma trajetória feminina/feminista nas crônicas da belle époque brasileira**. Disponível em <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/NADILZA%20MOREIRA.pdf>>. Acessado em: 12 de maio de 2012.

VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional** [1906]. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval; BOARINI, Maria Lúcia. **A seleção dos imigrantes e a liga brasileira de hygiene mental (1914-1945)**. Interam. j. psychol., Porto Alegre, v. 42, n. 3, dez. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 17 de maio de 2012.

FONTES DOCUMENTAIS

ALMEIDA Odete Marques de e SALES, Atanira. Dois inquéritos do Serviço médico-Social da Colônia Gustavo Riedel. **Anais da Colônia Gustavo Riedel**. Ano V. vol. 5. Rio de Janeiro, 1942. p. 217-219.

CARDOSO, Carlos Pimentel. O curso de enfermagem. **Anais da Colônia Gustavo Riedel**. Rio de Janeiro. 1942. p. 107-114.

CARRILHO, Heitor. Psychopathas no Districto Federal. **O Brasil Médico**. n.41, jun, Rio de Janeiro, 1927.

CHAGAS, Carlos J. R. Departamento Nacional de Saúde Pública. Escola de Enfermeiras D. Anna Nery Anexa ao Hospital Geral de Assistência. **Prospecto de Informação**. Rio de Janeiro, 1926. Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery. Cx 09 doc. 53, 1926.

FONTENELLE, José, P. **A enfermagem de saúde pública: sua criação e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. [Rio de Janeiro: s. n.]1941.

KEHL, R. **Lições de eugenia. 1ª Lição**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

KEHL, R. **Sexo e civilização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933

Livro de Registro – **Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto- Curso de especialização**. Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro. Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

LOPES, E. **Annaes da Colonia de Psychopathas**. 1936. Engenho de Dentro, Rio de Janeiro - Brasil, Heitor, Ribeiro & Cia.

MEINICKE, Regina. Relatório de uma excursão das alunas da Escola de Enfermeiras “Alfredo Pinto” ao Hospital de Juquerí. **Anais da Colônia Gustavo Riedel**. Ano V nº 5, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942 p. 205-216.

NEVES, A. A Escola “Alfredo Pinto” e o Curso de Visitadoras Sociaes. **Annaes da Colônia de Psychopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1936.

NEVES, A. As Visitadoras Sociaes – O seu preparo e missão na collectividade. **Annaes da Colônia de Psychopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1929.

REIS, Mário M. dos. Enfermeiros de insanos. **Anais da Assistência a Psicopatas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. p. 131-139.

REZENDE, Gustavo Augusto de. Assistencia hetero-familiar na Colonia de Psicopatas (mulheres) no Engenho de Dentro. **Anais da Assistencia a Psicopatas Distrito Federal** 1931. Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1932. p. 133-139.

RIEDEL, G. O Organismo Psychiatrico Moderno – A Biologia e a Psycho-Physiologia Associadas na Moderna Concepção de Assistência a Psychopathas. **Annaes da Colônia de Psychopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Reitoria. Ofício UB/2940 S/1618. Rio de Janeiro (DF). Ass. Bertha L. Pullen**: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1937. Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ.